

Judiciário em Dia

no TRF3



MUTIRÃO CUMPRE META COM MAIS DE 85 MIL PROCESSOS JULGADOS

Novo sistema de trabalho, aliado ao empenho de magistrados e servidores, garante o sucesso do projeto

Nova Metodologia

Técnicas inovadoras agilizam o andamento processual

Colaboradores

O mutirão na visão dos participantes



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Desembargador Federal ROBERTO HADDAD - Presidente
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE - Vice-Presidente
Desembargadora Federal SUZANA CAMARGO - Corregedora Regional

Desembargadores (as) Federais

MÁRCIO MORAES	LAZARANO NETO
DIVA MALERBI	NELTON DOS SANTOS
BAPTISTA PEREIRA	SÉRGIO NASCIMENTO
MARLI FERREIRA	LEIDE POLO
RAMZA TARTUCE	VERA JUCOVSKY
SALETTE NASCIMENTO	REGINA COSTA
NEWTON DE LUCCA	ANDRÉ NEKATSCHALOW
PEIXOTO JÚNIOR	NELSON BERNARDES
FÁBIO PRIETO	WALTER DO AMARAL
CECÍLIA MARCONDES	LUIZ STEFANINI
THEREZINHA CAZERTA	CECILIA MELLO
MAIRAN MAIA	MARIANINA GALANTE
NERY JÚNIOR	VESNA KOLMAR
ALDA BASTO	ANTÔNIO CEDENHO
LUIS CARLOS MUTA	LUCIA URSAIA
CONSUELO YOSHIDA	JOSÉ LUNARDELLI
MARISA SANTOS	DALDICE SANTANA
JOHNSOM DI SALVO	FAUSTO DE SANCTIS

Juizes Federais Convocados

SILVIA ROCHA
CARLOS FRANCISCO
LEONARDO SAFI DE MELO

Juiz em auxílio à Presidência

GILBERTO RODRIGUES JORDAN

Diretor-Geral

GILBERTO DE ALMEIDA NUNES

Coordenação:

Juíza Federal Mônica Aguiar, em auxílio ao CJF
Juíza Federal Giselle de Amaro França

Edição:

Jornalista Ester Laruccia – MTB: 26021
Assessora de Comunicação

Reportagem:

Ana Carolina Minorello, Ana Cristina Eiras, Andréa Moraes, Edmilson Gomes, Ester Laruccia, Mônica Gífoli, Wellington Campos

Colaboração:

Luiz Carlos Bittencourt Goulart

Revisão:

Ana Cristina Eiras
Mônica Gífoli

Fotografia:

Ana Carolina Minorello, João Fábio Kairuz, Wellington Campos, Luiz Carlos Bittencourt Goulart
Mutirão Judiciário em Dia

Projeto Gráfico e Editoração:

Seção de Comunicação Visual - DGRA - TRF3

Impressão e Acabamento:

Divisão de Serviços Gráficos - TRF3

Tiragem:

300 exemplares

Realização:

Assessoria de Comunicação Social do TRF3 - ACOM
Avenida Paulista, 1.842 – Torre Sul – 10º andar – Cerqueira César
São Paulo – SP – CEP: 01310 936
Fone: 11 3012-1446
E-mail: imprensa@trf3.jus.br
www.trf3.jus.br

Sum

Missão Cumprida



Mutirão Judiciário em Dia ultrapassa meta estabelecida e julga mais de 80 mil processos no TRF3.

Seminário Gerenciamento de Processos



Magistrados e servidores dos cinco TRFs trocam experiências sobre o mutirão Judiciário em Dia

44 Colaboradores
Conheça e saiba o que pensam desembargadores, juizes federais e servidores que participaram da força-tarefa

ário

Entrevistas



Ministra Eliana Calmon

Magistrada explica como surgiu a ideia de implantar o mutirão na Justiça Federal da 3ª Região

12 Desembargador federal Vladimir Passos de Freitas

Representante do Conselho Nacional de Justiça fala sobre a participação de magistrados e servidores no mutirão

Artigos

27 Juíza federal Mônica Aguiar Coordenadora do mutirão no TRF3

“Fomos conquistando a confiança das pessoas quando mostramos que o trabalho era para valer”

42 Juiz federal Ávio Novaes Coordenador do mutirão no TRF3

“O sucesso se deve a conjugação de esforços de desembargadores, juízes federais e servidores”

16 Decisões em Destaque

Durante o mutirão, processos que estavam parados há anos na Justiça Federal foram analisados. Conheça 6 dos mais de 80 mil solucionados pelo Judiciário em Dia

Veja também:

04 Editorial

14 Processômetro

23 Nova metodologia

36 Logística Material e pessoal

38 Notas

62 Mutirão em Fotos



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

META CUMPRIDA



É com satisfação que constatamos o sucesso nacional inquestionável do mutirão Judiciário em Dia no TRF3 que julgou, em um ano, mais de 80 mil processos, superando a meta inicial estabelecida e foi ainda uma oportunidade de cumprirmos uma promessa do meu discurso de posse proferido em fevereiro de 2010.

Esta publicação pretende retratar um pouco do árduo trabalho realizado no Tribunal, e é uma forma de reconhecimento e agradecimento a todos que participaram deste projeto.

O resultado alcançado só foi possível com a parceria com outros órgãos. A ideia do mutirão Judiciário em Dia nasceu de uma conversa no meu gabinete com o juiz federal Ávio Novaes que, na época, estava em auxílio ao Conselho da Justiça Federal. Eu o convenci da necessidade do mutirão e nós conversamos com o ministro Francisco Falcão que concordou que essa era a única forma de diminuirmos o número de processos em estoque no nosso tribunal e, por fim, ele falou com a ministra Eliana Calmon. Nós três discutimos sobre a possibilidade de realizarmos o mutirão logo que assumi a Presidência do TRF3 em fevereiro de 2010.

A ministra Eliana Calmon encampou a ideia e nos auxiliou em tudo aquilo que era possível. O ministro Falcão disponibilizou o juiz federal Ávio Novaes e a ministra Eliana Calmon destacou a juíza Mônica Aguiar para coordenarem o projeto em São Paulo. Em setembro de 2010, assinamos com o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal, parceiros nessa força-tarefa, um convênio para acelerar o julgamento dos processos. Fomos os pioneiros e nos beneficiamos da experiência.

Quando viajo para outras regiões, vários magistrados me perguntam sobre a grandeza do mutirão em São Paulo. Assim que digo a quantidade de processos julgados e o tipo de matéria, todos elogiam o trabalho desenvolvido pelos nossos juízes, especialmente pela presença da juíza federal Mônica Aguiar na coordenação e também do juiz federal Ávio Novaes.

Considero o apoio da Presidência uma obrigação. Como encontrei apoio do CJF e do CNJ para realizar um bem para toda a sociedade de São Paulo e Mato Grosso do Sul, era meu dever apoiar. Assim o fiz, dentro das possibilidades limitadas, mas consegui colocar à disposição dos coordenadores tudo que eles solicitaram.

Destaco também o apoio do ministro Cezar Peluso e da ministra Eliana Calmon que conseguiram a prorrogação do mutirão, sendo possível desta maneira sobrepujarmos aquele número inicialmente fixado.

O resultado alcançado não podia ser melhor. Os juízes estão com a autoestima mais elevada atualmente, pois não somente estão vendo o resultado do trabalho que desenvolveram como têm a satisfação de ter contribuído com o tribunal para que o número de processos a serem julgados fosse reduzido. Além disso, vemos a satisfação do juiz em poder levar a prestação jurisdicional ao povo mais necessitado.

Infelizmente, nossa Justiça tinha e ainda tem processos em excesso tanto na Primeira quanto na Segunda Instância. Temos aqui cerca de 60% dos processos de toda a Justiça Federal e uma estrutura que representa 25% da Justiça Federal do país. Por conta disso, solicitamos a ampliação do tribunal, afinal, há processos demais e somos poucos para julgar. É humanamente invencível.

Julguei em São Paulo processos da época em que ainda não era nascido. O processo ainda manuscrito, com a tinta já desgastada pelo tempo e o papel já totalmente amarelado, daquela primeira Justiça Federal na década de 30. Mas o que podemos fazer? Temos que resolver esses processos, alguns com até 50 volumes, que demoram e são difíceis, mas “esses garotos” (digo garotos porque são todos juízes jovens) demonstraram um imenso entusiasmo, uma

tremenda vontade de acertar, e julgaram essas causas em que muitas vezes o beneficiário até já morreu, e será o neto que receberá o benefício. O tribunal se sente feliz em poder julgar esses processos.

Para a realização do mutirão Judiciário em Dia no TRF3, tivemos inclusive alguns problemas de espaço físico e desta maneira eu cedi meu próprio gabinete para que o mutirão pudesse ser realizado, assim como alguns outros poucos espaços que tínhamos na administração. Apertando um pouquinho aqui e ali nós conseguimos. Eu tinha um servidor excelente que estava no meu gabinete e acabei cedendo para o mutirão. Ele se revelou um ótimo comandante dos funcionários, ajudando a juíza federal Mônica Aguiar e toda a equipe a realizar essa grandiosa tarefa.

A meta inicialmente estabelecida de mais de 80 mil processos era ambiciosa, e pensei que dificilmente seria atingida, mas para minha surpresa e satisfação, ela não somente foi atingida, mas ultrapassada de forma significativa.

Volto a repetir que isso tudo se deveu também ao trabalho excelente da juíza federal Mônica Aguiar à frente desse mutirão. Não é nenhum elogio em vão, pois é exatamente o que eu vi e o que todos os juízes

que participaram do mutirão sentem e o que a própria ministra Eliana Calmon e o ministro Francisco Falcão já reconheceram.

“Vemos a satisfação do juiz em poder levar a prestação jurisdicional ao povo mais necessitado”

Aproveito para agradecer o compromisso e a dedicação de todos que trabalharam ou contribuíram de alguma forma para o sucesso deste trabalho.

Roberto Haddad
Presidente do TRF3

Mutirão Judiciário em Dia: missão cumprida

Como uma meta que parecia impossível virou realidade



Juizes federais convocados para a força-tarefa, tendo ao centro desembargador federal Roberto Haddad, ministra Eliana Calmon e juíza federal Mônica Aguiar

Entre setembro de 2010 e setembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) foi palco de uma das mais audaciosas experiências realizadas pela Justiça Federal: o mutirão Judiciário em Dia, o desafio de julgar, num curto espaço de tempo, 80 mil processos.

E o que no início parecia apenas uma promessa, virou realidade: um esforço concentrado

de magistrados, servidores, Ministério Público Federal e o indispensável apoio da Presidência do TRF3, para chegar à reta final dessa corrida contra o tempo e outras adversidades vitoriosos.

Como tudo começou

Em setembro de 2010, o desembargador federal Roberto Haddad, presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região,

responsável por 60% das ações que tramitam na Justiça Federal, assinou, com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho da Justiça Federal (CJF), parceiros nesse empreendimento, um convênio para acelerar o julgamento dos processos.

O objetivo era reduzir o acervo de processos de competência do TRF3, para cumprimento integral da Meta 2, estabelecida pelo CNJ, que pretendia julgar todos os processos que deram entrada na Justiça até 1º de dezembro de 2006. A expectativa era reduzir o acervo de pelo menos 70% de cada Gabinete submetido ao mutirão com a implantação de uma rotina cartorária que pudesse dinamizar a prestação jurisdicional.

No lançamento do projeto no TRF3, estiveram presentes a ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça e o ministro Francisco Falcão, então corregedor-geral da Justiça Federal.

Na ocasião, o presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, destacou em seu discurso que a assinatura desse convênio concretizava a intenção manifestada em sua



Ministra Eliana Calmon e desembargador federal Roberto Haddad assinam o convênio que possibilitou a realização do mutirão

posse, em fevereiro de 2010, de agilizar os julgamentos, tornando os trabalhos menos penosos e os jurisdicionados mais satisfeitos.

Recursos Humanos

Para a realização desses objetivos, havia a necessidade de se formar uma equipe de juízes e de servidores que se comprometessem com o cumprimento das metas. A intenção era também capacitar essas equipes para a adoção de práticas mais modernas de gestão.

O programa começou com 14 magistrados, 9 Gabinetes de desembargadores federais e alguns desembargadores

engajados na presidência das sessões de julgamento, além da equipe de servidores da Secretaria de Processamento de Feitos da Presidência que convocou vários servidores e estagiários para darem início ao projeto.

Triagem de Processos

Para a coordenadora do mutirão no TRF3, juíza federal Mônica Aguiar, auxiliar do CJF, a triagem foi “o segredo do sucesso”, porque agilizou os trabalhos. A juíza explica que a experiência do mutirão inaugurou um novo modelo de gestão na administração dos processos. Por exemplo, foram suprimidas algumas etapas

que representavam trabalho em dobro, tais como certificações de juntada de petições e outros atos processuais no papel e no sistema eletrônico, além da publicação das atas das sessões de julgamento e acórdãos, economizando papel e tempo.

A coordenadora do mutirão afirma, ainda, que houve uma mudança na cultura; por exemplo, os próprios funcionários ganharam mais confiança para trabalhar e contribuir com a solução de problemas. “Criamos um espírito de equipe, que fortalece muito o elo entre as pessoas. O mutirão teve esse sucesso porque nos tornamos um grupo muito unido”.

A caminhada em direção às metas

Em pouco tempo os resultados se fizeram sentir: uma equipe de trabalho fazia a triagem dos processos, outra se ocupava da rotina cartorária e uma terceira prestava assistência aos julgamentos.

As sessões de julgamento aconteciam durante a semana, e os magistrados e servidores não hesitaram em trabalhar além da jornada habitual, buscando dinamizar a prestação jurisdicional.

Foi criado um mecanismo para medir a produtividade: o processômetro, que atualizou em



Sessões de julgamento passaram a ocorrer em tempo recorde: a média foi de 20 minutos

tempo real, no site do Tribunal, os processos julgados, tanto no colegiado quanto nas decisões monocráticas terminativas. Tratou-se de uma importante ferramenta para ajudar a sociedade a fiscalizar o projeto.

E os primeiros números começaram a ganhar as páginas dos jornais, aos milhares. Com a nova sistemática implantada, as sessões de julgamento ocorriam em tempo recorde. Em 15 ou 20 minutos, era possível a um colegiado decidir centenas de processos.

A Justiça Federal começou a mostrar uma postura mais proativa, passou a se destacar no conjunto das demais justiças do país e mudou o ritmo, com a aplicação do que começou a ser chamado de “choque de gestão”.

Crescimento dos Números

Em outubro de 2010, antes de completar um mês de existência, o mutirão já contabilizava mais de 5 mil processos julgados. Ao completar o primeiro mês, já eram 6,4 mil. Ao final do segundo mês, 10 mil.

Processos muito antigos, com 40, 50 anos de trâmite, ações com mais de 800 réus, tudo foi cuidadosamente examinado e priorizado.

A fim de otimizar o trabalho do mutirão, todos os passos foram documentados, desde o método de trabalho até o programa de computador utilizado, os problemas enfrentados, as soluções encontradas, com vistas a adotar uma rotina processual a ser aproveitada após o mutirão, um conjunto de boas práticas.

Foram priorizados os processos previdenciários, ações contra a Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outras. Dessa forma, foi possível organizar também audiências de conciliação em processos que tramitavam há muito tempo na Justiça e ainda não tinham chegado a um desfecho satisfatório. Com a realização de acordos em audiências, no final de novembro de 2010, o mutirão chegou a 14 mil processos decididos.

A Semana Nacional da Conciliação em 2010 incrementou os resultados do mutirão Judiciário em Dia. Cerca de 50% das audiências terminaram em acordo e foram arrecadados cerca de 10 milhões de reais somente em acordos com a Caixa Econômica Federal. Outras matérias como o Financiamento Estudantil (FIES), o auxílio-doença e o benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social entraram em pauta.

Uma das decisões proferidas durante o mutirão Judiciário em Dia que mais gerou repercussão foi o reconhecimento, por uma de suas turmas de julgamento, de companheiros homossexuais como dependentes na declaração do Imposto de Renda. Foi numa ação civil pública que já havia sido sentenciada e teve que voltar à Primeira Instância para que o mérito fosse revisto.

Resultados

O TRF3 foi escolhido como piloto dessa experiência bem sucedida graças à disposição do seu presidente, desembargador federal Roberto Haddad, em assumir a tarefa e ao apoio decisivo dos parceiros CNJ e CJF. Houve o cuidado de se convocar juízes federais titulares das varas que estavam com seu acervo de processos em dia. Além disso, houve a realocação de servidores, de modo que hoje não existem mais unidades nas quais se trabalha de forma exaustiva e outras em ociosidade. Não há mais desigualdade no trabalho.

Na primeira quinzena de janeiro de 2011, o mutirão já havia julgado mais de 20 mil processos. Em maio de 2011, o mutirão bateu a marca dos 50 mil processos. Desses, 30 mil eram de matéria previdenciária, atendendo, assim, demandas das camadas mais carentes da população.

Finalmente, na tarde da última segunda-feira de agosto de 2011, o mutirão ultrapassou a marca de 80 mil processos julgados. O esforço conjunto de desembargadores, juízes convocados e servidores federais, prorrogado até o dia 20 de setembro pelo CNJ, foi coroado. A juíza federal Mônica Aguiar agradeceu a todos o empenho e a dedicação na realização dos trabalhos: “Estou muito orgulhosa de poder trabalhar com uma equipe tão dedicada e eficiente”.



Autoridades presentes na mesa da cerimônia de instalação do mutirão

Processos Julgados e Sobrestados
Período: 13/09/2010 a 19/09/2011

Ano	Mês	Julgados	Sobrestados
2010	Set	2.496	1.501
	Out	6.672	1.138
	Nov	7.439	512
	Dez	6.251	188
2011	Jan	5.728	169
	Fev	5.859	292
	Mar	8.035	145
	Abr	6.414	94
	Mai	8.659	146
	Jun	8.319	333
	Jul	6.783	259
	Ago	10.655	162
	Set	881	18
Total		84.191	4.957

“O sucesso se deve a escolha das pessoas certas, boa metodologia de trabalho e a união por um objetivo comum”



Há um ano, a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, o então corregedor-geral de Justiça, ministro Francisco Falcão e o presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, apresentaram uma meta ousada a magistrados e servidores do TRF3: julgar 80 mil processos em 6 meses. Nesta entrevista, a ministra explica como surgiu a ideia de implantar o mutirão na Justiça Federal da 3ª Região.

Ministra Eliana Calmon: apoio decisivo para o cumprimento da meta

Revista Judiciário em Dia - Algum dia, a doutora imaginou que se tornaria Corregedora Nacional de Justiça?

Ministra Eliana Calmon: Há muitos anos almejo a atividade de corregedoria. Eu pensei em ser corregedora no TRF da 1ª Região, mas fui para o STJ e não consegui ser corregedora naquele Tribunal. Minha ideia de ser corregedora não é só pela atividade disciplinar, mas para co-reger, orientar e mostrar que é possível viabilizar algumas coisas que se apresentam como inviáveis. Cheguei na hora certa pela antiguidade, porque queria provar que é possível fazer alguma coisa pela Justiça dentro de um novo critério que não é o de disciplina e sim de orientação, mostrando e viabilizando a

realização de um trabalho. Foi exatamente a partir daí que fizemos esta atividade do mutirão Judiciário em Dia.

Como surgiu a ideia de implantar o Judiciário em Dia no TRF3?

Ministra Eliana Calmon - Verificando a necessidade de fazer alguma coisa no tribunal devido ao grande número de processos e pelo fato de os jurisdicionados não terem condições de aguardar tanto tempo por uma prestação jurisdicional, reunimos os juízes auxiliares da Corregedoria para pensar em alguma solução. Foi quando surgiu a ideia de um mutirão.

De que forma foi planejada a implantação desta força-tarefa?

Ministra Eliana Calmon - Os juízes esquematizaram um mutirão que seria diferente, em que estabeleceríamos metas a serem seguidas, com um cronograma pré-estabelecido e acompanhado de uma orientação a todos os gabinetes no sentido de gerir cada um deles com uma maior fluência dos processos. Isto foi feito e deu certo.

Qual avaliação a ministra faz do trabalho realizado no TRF3?

Ministra Eliana Calmon - Hoje, um ano depois, entregamos o Tribunal com menos 80 mil processos. Nós consideramos um sucesso e isso só foi possível não apenas porque estabelecemos metas e tivemos métodos de trabalho, mas por conta de um conjunto. Foram escolhidos 14 juízes vocacionados para um desafio, para a realização de um ideal. Também contamos com a experiência da juíza federal Mônica Aguiar que já traz sua larga experiência de tribunal, de professora, de capacidade de trabalhar em grupo e ela foi capaz de reger essa orquestra. Então, para o sucesso do mutirão, contribuíram todos esses ingredientes: a escolha das pessoas certas, a boa metodologia de trabalho, mas, sobretudo, todos querendo chegar a um final feliz.



Ministra Eliana Calmon, após receber notícia do cumprimento da meta

“O mutirão trouxe um grande avanço, dando justiça a quem dela esperava”



Vladimir Passos de Freitas, representante do CNJ: atuação política e diplomática

Nesta entrevista, o desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, representante do Conselho Nacional de Justiça no mutirão Judiciário em Dia, fala sobre sua participação e a dos servidores e juízes no Judiciário em Dia.

Revista Judiciário em Dia - Como foi a atuação do senhor no mutirão Judiciário em Dia?

Des. federal Vladimir Passos de Freitas – Minha participação no projeto foi pelo Conselho Nacional de Justiça, um dos partícipes junto com o Conselho da Justiça Federal e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. No início, sem saber o que eu iria exatamente fazer. Quando as coisas começaram a acontecer, me dei conta da necessidade de participar de reuniões com diretores de secretaria e conversar com desembargadores. Minha participação foi mais política e de diplomacia. Nas horas vagas, estava junto com os juízes para ajudar, às vezes, até lendo processos.

A meta foi ousada, julgar 80 mil processos em 6 meses. Qual avaliação que o senhor faz do projeto?

Des. federal Vladimir Passos de Freitas – Uma avaliação positiva, a meta foi alcançada. Julgaram-se processos que estavam parados há 15 anos, havia ações de antes da Constituição de 88. Não culpo quem não julgou, o problema é que o número de processos no TRF3 é brutal. Houve um grande avanço, dando justiça a quem dela esperava.

Como foi a participação de juízes e servidores neste mutirão?

Des. federal Vladimir Passos de Freitas – Foi excelente, os juízes convocados trabalharam com todas as suas forças. Os servidores, no início, eu notava que eram descrentes. Não tinham muita confiança de que aquilo daria certo. Com o passar do tempo, o clima foi melhorando e houve um entusiasmo, um prazer de estarem juntos participando.

Qual legado o mutirão deixa para a Justiça Federal da 3ª Região?


Desembargador federal Vladimir Passos de Freitas - O mais importante de tudo foi quebrar regras de procedimentos antigas e conservadoras que foram modificadas em razão do mutirão. Esta foi a maior vitória.

A metodologia de trabalho empregada aqui será levada para outros Tribunais?

Desembargador federal Vladimir Passos de Freitas – Já foi implantada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região e está sendo estudado se será implantada em outros.

Existe a possibilidade de o Judiciário em Dia ser um setor permanente nos órgãos do Poder Judiciário?

Desembargador federal Vladimir Passos de Freitas – Não existe esta ideia. Eu acredito que agora os mutirões deveriam ser por temas específicos, por matérias. Por exemplo, força-tarefa para cuidar de uma matéria: improbidade administrativa, previdenciário, usucapiões. O rendimento é muito maior e abrangendo todos os desembargadores, não apenas os gabinetes mais atrasados.



QUANDO VOCÊ COLOCA SEU NOME EM ALGO VIRA COMPROMISSO

Compromissos da Justiça com você em 2011

- ▶ Após as sessões de julgamento, publicar os acórdãos em até dez dias.
- ▶ Acabar com o estoque de processos que entraram na Justiça até o fim de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e de competência do tribunal do júri até o final de 2007.

- ▶ Julgar mais processos do que a quantidade que entrou na Justiça este ano.
- ▶ Publicar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal.

Para maiores informações consulte o portal do seu tribunal.

Processômetro: desafio aos participantes do mutirão

Instrumento confere transparência ao trabalho e divulga resultados em tempo real



Mesa da cerimônia de instalação do processômetro

Dentre as inúmeras medidas implantadas pelo mutirão Judiciário em Dia, teve destaque a criação do processômetro, um indicador virtual localizado na página do Tribunal, no site www.trf3.jus.br, que mostrava em tempo real a quantidade de processos julgados durante o mutirão Judiciário em Dia. O objetivo deste indicador era que a sociedade brasileira pudesse fiscalizar de perto e com segurança

a quantidade de processos e recursos julgados pelas Turmas que compunham o mutirão.

No dia 29 de agosto de 2011, o processômetro atingiu a marca de 80.360 processos julgados, mostrando que o mutirão ultrapassou nesse dia sua meta inicial, que era o julgamento de 80 mil processos que ingressaram no tribunal até 31 de dezembro de 2006, ou seja, o cumprimento

integral da Meta 2 de 2009 e da Meta 2 de 2010.

Segundo o servidor Dawid Carvalho, responsável pelo mutirão, a criação do processômetro foi muito importante para a integração dos servidores participantes do mutirão, “não só pela transparência do projeto, mas pelo desafio, pelo aspecto motivacional”.



Processômetro: instrumento da medida, em tempo real, do número de processos julgados e fator de motivação para os participantes do mutirão



Ministro Francisco Falcão: atuação importante e eficaz no cumprimento da meta

O processômetro foi lançado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região no dia 18 de outubro, em sessão solene, que contou com a presença do presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, do ministro Francisco Falcão, então corregedor-geral da Justiça Federal, e de diversos representantes do Judiciário, como o desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, assessor auxiliar da Corregedoria do CNJ; a juíza federal Mônica Aguiar, coordenadora do mutirão; o desembargador federal André Nabarrete, vice-presidente do TRF3; e a desembargadora federal

Suzana Camargo, corregedora regional da Justiça Federal da 3ª Região.

De acordo com o ministro Francisco Falcão, a intenção do processômetro foi garantir a transparência no cumprimento das metas instituídas pelo projeto. Para ele, a implantação do processômetro inaugurou uma nova etapa no mutirão: “a divulgação dos resultados na internet para que a população possa acompanhar o que está se fazendo em termos de julgamento e até fiscalizar esses julgamentos”, afirmou o ministro.

O presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, afirmou que o objetivo do processômetro foi informar a população, dando transparência ao trabalho desenvolvido pelo mutirão Judiciário em Dia, que beneficiou grande quantidade de jurisdicionados: “Envidamos incansáveis esforços no sentido de que fosse cumprido não só o que estava contido no planejamento, com o auxílio e a solidariedade dos colegas, mas indo até além da meta”, concluiu.

“A justiça não falha”, avalia família de vítima de acidente com os Correios

Mutirão Judiciário em Dia resgatou e encerrou histórias muito antigas



Amandio de Barros, que esperou quase 40 anos por uma resposta da justiça

Nadécadade70,maisprecisamente em março de 1973, Amandio Teodósio Barros, já na casa dos 40 anos, trabalhava em um hotel na Avenida Rio Branco, no centro da cidade de São Paulo. Fazia a escrita contábil, recebia fregueses, lançava as diárias, enfim, era o responsável pela administração do estabelecimento.

Um dia, ao sair para chamar um táxi, foi atropelado por um triciclo

de entrega dos Correios. “Ele parecia fugir de um carro, bateu em mim e eu caí deitado no chão. Meu pé ficou virado”, relata.

Naquela ocasião, sua esposa só foi encontrá-lo já hospitalizado. “Era para ele ser operado na hora e não pôde porque o osso não foi ao lugar”. Amandio acabou fazendo outra cirurgia e lhe puseram um pino para segurar o osso. O triciclo causara duas fraturas no

seu tornozelo.

O acidente inaugurou um período ruim em sua vida. Seus familiares relatam que passaram por muitas dificuldades, sofreram muito e não receberam qualquer ajuda dos Correios.

Diante dessa situação, ele decidiu procurar a Justiça Federal. A primeira decisão ocorreu em 1999. Ele ganhou a ação, os Correios recorreram e ação acabou ficando parada por muito tempo.

No ano passado, o mutirão Judiciário em Dia confirmou a sentença no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Mais de 37 anos se passaram desde que o processo chegou à Justiça. Depois de tanto tempo, a família de seu Amandio ficou feliz e tem esperança de receber uma indenização que, na época em que foi realizado o pedido, foi estimada em 10 mil cruzeiros.

Maria Alice Martins, filha de seu Amandio, declara: “Foi uma surpresa e agora a gente está se sentindo realizado. Porque é uma

coisa que a gente esperou a vida inteira, um sofrimento, e agora a gente está vendo que pode tardar, mas a Justiça não falha. Demorou, mas estamos satisfeitos”.

O juiz federal convocado Wilson Zauhy, que analisou o caso, assinala que, com a fixação das metas pelo Conselho Nacional de Justiça, foi necessário buscar nos tribunais e na Justiça esses casos que ainda não haviam sido apreciados.

O objetivo do mutirão foi reduzir em 70% o volume de ações estocadas no TRF3. No curto período de um ano, mais de 80 mil processos foram julgados.

O ministro Francisco Falcão chama a atenção para a necessidade de criar um ordenamento novo para disciplinar e fazer mutirões para que a sociedade, que é detentora do poder, possa ter esse resultado, ou seja, uma prestação jurisdicional mais célere.



Juiz federal Wilson Zauhy, relator do caso

A solução não é punir menos, é punir melhor.

O infrator que comete um crime grave, deve ser punido com prisão. Mas será que todo crime é igual? Crimes sem violência contra a pessoa, em que a pena seja inferior a quatro anos, podem ser revertidos em serviços comunitários em benefício da sociedade.

**Não é melhor para ele?
Não é melhor para todos?**

O Conselho Nacional de Justiça está propondo medidas para modernizar a Justiça Criminal. Não é punir menos, é punir melhor.

Participe: www.cnj.jus/justicacriminal

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
O Brasil faz justiça.

No mutirão além da quantidade buscou-se também a qualidade

Na reta final, apesar de complexos, os casos tiveram desfecho ágil com análise apurada

Os números não mentem. O mutirão venceu o desafio de julgar mais de 80 mil processos em curto período de tempo. Há quem diga que isso é fácil de fazer quando os processos tratam de matéria repetitiva. Na etapa final, no entanto, quando já não havia tantos processos com matérias assemelhadas, e fazendo uma análise de casos mais complexos, os magistrados não abriram mão do rigor e da profundidade em suas análises, como demonstram duas decisões que mereceram destaque e divulgação.



Desembargador federal Cotrim Guimarães: imprimiu dinamismo às decisões

A primeira, em abril de 2011, tratava de zelar pelo equilíbrio da atividade econômica, examinando cobrança de taxa no porto de Santos.

A empresa Santos Brasil S/A entrou com um recurso, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, destinado a obter autorização para cobrança de taxa por serviços de segregação e de entrega de contêineres que prestava a recintos alfandegados no porto de Santos.

A empresa obtivera no recurso a permissão da cobrança da referida taxa, mediante o depósito judicial dos valores em discussão. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) posicionara-se contra a cobrança dessa taxa, argumentando a inexistência de custo para sua exigência, bem como a possibilidade de lesão concorrencial futura.

Sob a relatoria do juiz convocado Leonel Ferreira, o processo foi levado à Turma “D” do mutirão,



Desembargador federal Márcio Moraes: contribuiu com sua experiência para análise de casos complexos

integrada pelo desembargador federal Márcio Moraes e também pelo juiz federal convocado Rubens Calixto, que decidiu dar parcial provimento ao recurso da empresa Santos Brasil S/A, determinando a manutenção dos depósitos das quantias controvertidas até decisão final no processo principal, que ainda tramitava em primeira instância.

Em maio, foi a vez de analisar um processo envolvendo correção monetária em cancelamento de um contrato de câmbio.

A empresa autora entrou com uma ação de repetição contra o Banco Central do Brasil (BACEN), alegando que este teria incorrido em enriquecimento sem causa porque determinara o cancelamento de dois contratos de câmbio, realizados com um banco privado e uma corretora, para remessa de lucros a suas filiais, referentes a dividendos do balanço apurado no primeiro semestre de 1989.

A empresa, após formalizar a compra de moeda estrangeira, depositara o valor correspondente e o Banco Central, determinando o cancelamento do contrato, devolveu a ela o valor depositado sem correção monetária.

O juízo de primeiro grau julgara improcedente o pedido por não constatar a existência de ato ilícito praticado pelo BACEN.



Juiz federal Rubens Calixto, com atuação relevante na busca pela qualidade

As operações que originaram os depósitos questionados foram contratadas pela empresa recorrente mediante a intervenção da corretora e, ao assinar os contratos, as partes declararam ter pleno conhecimento das normas cambiais vigentes na época, responsabilizando-se pela regularidade das operações.

Os números não mentem. O mutirão venceu o desafio de julgar mais de 80 mil processos em curto período de tempo.

O BACEN, ao receber os contratos para exame de sua regularidade, determinara a baixa das operações porque elas não atendiam às exigências do artigo 204 da Lei 6.404/76.

O banco privado operador, no entanto, havia liquidado as operações no SISBACEN, gerando automaticamente os depósitos e o consequente débito em suas reservas. Para reaver tais valores, já que os contratos firmados com a autora seriam cancelados, fixou uma data de cerca de quase um



Juiz federal Leonel Ferreira, relator de muitos casos de destaque

mês depois da assinatura dos contratos para a liberação dos depósitos.

O voto do relator, o juiz federal convocado Leonel Ferreira, extraiu duas conclusões dessa situação: primeiro, a de que as operações sofreram baixa porque estavam irregulares; segundo, a demora em reaver o valor depositado fora consequência do procedimento adotado pela instituição financeira privada.

Assim, não havia como responsabilizar o BACEN pelos eventuais prejuízos sofridos pela empresa autora.

A turma “Z”, composta pelo juiz relator, também pelo juiz federal Rubens Calixto e pelo desembargador federal Cotrim Guimarães, decidiu negar provimento a apelação da empresa.

Homossexuais conquistam direitos na hora de declarar imposto de renda

Decisão inédita em ação civil pública concedeu a casais do mesmo sexo os mesmos favores fiscais dados aos heterossexuais



Para José Roberto Arns e Gerson Martins, o mutirão Judiciário em Dia trouxe motivos para comemorar, em dezembro de 2010, um Natal mais feliz. O primeiro, industrial, e o segundo, cartorário, vivem juntos há oito anos. Dividem tarefas dentro e fora de casa e se dedicam à educação de Gabriele, filha do primeiro casamento de José Roberto. Só que no dia-a-dia enfrentam dificuldades para garantir direitos elementares a qualquer casal. Por exemplo, ambos se declaravam

divorciados, o que não espelhava a realidade dos fatos.

Meses antes de o Supremo Tribunal Federal reconhecer a união estável homoafetiva em maio de 2011, uma das sessões de julgamento do mutirão, presidida pelo desembargador federal Nery Júnior, da qual participaram os juízes federais convocados José Francisco da Silva Neto e Wilson Zauhy Filho, reconheceu, em ação civil pública, com efeitos extensivos a todo o território nacional, o

direito de casais que vivem em união civil estável declararem o imposto de renda nas mesmas condições concedidas a casais heterossexuais, isto é, incluir o companheiro como dependente, deduzir despesas do dependente como educação, saúde etc.

A ação foi proposta por uma associação e fora julgada improcedente na primeira instância, porque o juízo de primeiro grau entendera pela impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que a Constituição Federal, quando fala em união estável, se reporta a uma entidade familiar constituída entre um homem e uma mulher. O recurso veio ao tribunal e o colegiado que analisou a questão entendeu que essa interpretação não poderia prevalecer.

O relator do caso, juiz federal convocado Wilson Zauhy, explica que, em matéria de imposto de renda, o que se leva em conta é, além da relação fiscal, a relação econômica: “Não se pode desconhecer que a união de pessoas do mesmo sexo gera consequências econômicas para o casal, como a aquisição de bens e a formação de um patrimônio comum”. Dessa forma, não há

como negar que para efeito de imposto de renda o pedido é juridicamente sustentável.

A turma julgadora tivera notícia também de que já existia precedente em que fora reconhecido o mesmo direito a um casal de servidores públicos, em um pedido administrativo, o que foi utilizado como referência para a concessão de tutela antecipada. A decisão determinou ainda que se oficiasse ao Secretário da

Receita Federal em Brasília, para que todo o país fosse comunicado de seu teor.

“Eu sinto essa decisão como uma grande vitória para a gente”, declara Gerson, “porque, do contrário, você fica como se estivesse excluído da sociedade. Conforme vamos adquirindo esses direitos, essa sensação muda”.

A questão não é nova. O próprio INSS já vinha reconhecendo,

em alguns casos, a possibilidade de conceder pensões a casais do mesmo sexo, desde que comprovada a relação de dependência.

No Brasil, apesar dos avanços, as discussões sobre o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo ainda geram polêmica, mas pequenas decisões como essa do Judiciário em Dia podem significar muito na vida de alguns casais.



ouvidoria geral

RECLAMAÇÕES, CONSULTAS, SUGESTÕES e ELOGIOS
fale com o Ouvidor.

POR CARTA ou PESSOALMENTE:
Avenida Paulista, 1842 - Torre Sul
11º andar - Quadrante 01

POR EMAIL:
ouvidoria@trf3.jus.br


JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Julgamentos na área social foram uma das prioridades no mutirão

Habitação e benefícios previdenciários lideraram decisões entre casos mais antigos



Juiz federal convocado João Consolim

O mutirão Judiciário em Dia destacou-se também por solucionar muitos casos na área social. Processos que aguardavam julgamento há tempo tiveram um desfecho favorável em muitas ocasiões. Procurando trabalhar em conjunto com o Gabinete da Conciliação do TRF3, ajudou a solucionar questões de Sistema Financeiro da Habitação e de Previdência.

Um caso que chamou a atenção foi o da mutuária do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), Maria José Pitarello. Ela financiou

um imóvel popular em São Bernardo do Campo 20 anos atrás e sempre pagou as prestações em dia, mesmo em juízo. Há seis anos, descobriu que seu saldo só aumentava e que o valor da dívida estava quase no valor do imóvel. Em 2006, a mutuária entrou com um processo revisional na Justiça Federal. No decorrer deste tempo, ela já havia sido convocada outras duas vezes para participar de conciliação do SFH, mas não obteve sucesso.

Na audiência realizada na Semana Nacional da Conciliação, em dezembro de 2010, Maria José chegou a um acordo e resolveu quitar o imóvel. A dívida, que estava em mais de R\$ 129 mil, ficou em R\$ 67 mil e ela irá pagar uma parte com valor da poupança que fez paralelamente ao financiamento e a outra irá juntar com a ajuda dos familiares. “Não é uma situação ideal, mas foi o melhor que consegui”, declarou aliviada.

Ainda, em uma das sessões de julgamento do mutirão Judiciário em Dia, mereceu realce um

caso de relatoria do juiz federal convocado João Consolim. Tratou-se de um pedido de aposentadoria por tempo de serviço de uma trabalhadora rural. A autora nasceu em 1938, trabalhou por um longo tempo na lavoura e interrompeu suas atividades na década de 90, o que ficou comprovado com depoimentos de testemunhas. No entanto, deixou de apresentar comprovação das contribuições necessárias para a concessão do benefício.

No entendimento da turma julgadora, o pedido pôde ser interpretado como um requerimento para concessão de aposentadoria por idade, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A sentença de primeiro grau já havia concedido o benefício à autora. Os magistrados da turma reformaram parcialmente a decisão de primeiro grau, apenas para adequar o benefício à sua correta nomenclatura e requisitos apresentados, sem considerar que houve decisão extra-petita, isto é, uma concessão de benefício além daquela que fora requerida.

Judiciário em Dia traz nova metodologia de trabalho ao TRF3

Mutirão utilizou técnicas inovadoras para agilizar os andamentos processuais

A experiência do mutirão Judiciário em Dia inaugurou um novo modelo de gestão na administração dos processos. Foram suprimidas algumas etapas que representavam trabalho em dobro, tais como certificações de juntada de petições e outros atos processuais no papel e no sistema eletrônico, além da publicação de atas das sessões de julgamento e acórdãos, economizando papel e tempo.

“Hoje, nós certificamos tudo no sistema e publicamos somente o acórdão. Com isso, eliminamos inclusive a duplicidade de publicação no Diário Oficial”, apontou a juíza federal Mônica Aguiar, auxiliar do Conselho da Justiça Federal (CJF) e coordenadora do mutirão Judiciário em Dia no TRF3.

Para alcançar o sucesso no mutirão foi necessário agir em duas frentes: gestão de processos e gestão de pessoas. “Criamos um espírito de equipe, que fortalece muito o

elo entre as pessoas. O mutirão tem esse sucesso porque somos um grupo muito unido”, afirmou a juíza. Ela também explicou que em primeiro lugar, deve-se acabar com a cultura de trabalhar sempre pensando nos defeitos: “Devemos levar em consideração os acertos em vez de focar nos erros e tentar punir os culpados”.

Gestão de Processos

O treinamento de juízes e servidores para a utilização do sistema Gedpro (Gestão Eletrônica de Documentos Processuais) também foi fundamental. “A utilização efetiva do Gedpro permite a discussão prévia do processo. Assim, uma sessão de

julgamento sem sustentação oral durava em média 17 minutos no mutirão”, contou a juíza Mônica Aguiar.

As reuniões com os grandes demandantes externos do Tribunal também foram fundamentais para o sucesso. Foram enviados três mil processos de Embargos a Execução para análise da Advocacia Geral da União (AGU), que desistiu de 23% das ações; a Caixa Econômica Federal e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) também trabalharam para incrementar a pauta dos mutirões de conciliação e o Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) enviou servidores próprios para dar suporte ao mutirão.



Gabinetes contribuíram enviando centenas de processos



Juíza federal Mônica Aguiar coordena trabalho entre os servidores: clima de união facilitou o alcance da meta

Dentre outras medidas processuais adotadas, foram criadas etiquetas do mutirão Judiciário em Dia, para facilitar a identificação pelos órgãos públicos, que deram tratamento diferenciado aos processos; as certidões e certificações foram feitas apenas no sistema; e a juntada das petições, que modificaria o andamento dos processos era imediatamente realizada.

Gestão de Pessoas

A equipe do mutirão Judiciário em Dia procurou formar um ambiente cooperativo e de alteridade, ou seja, valorizando as sugestões e ideias de todos. “Queríamos a formação de uma equipe coesa, em torno de um objetivo comum”, explica a juíza.

“Mais do que a alteração de procedimentos, é importante registrar uma alteração na cultura”, salientou a juíza coordenadora. Ela explicou que deu autonomia a cada funcionário para solucionar de alguma maneira os problemas que apareciam e que, quando

fossem levados a ela, já viessem com uma proposta de solução. “Aqui virou uma central de solução de problemas e com isso o funcionário ganha mais confiança para trabalhar. Eliminamos a visão paternalista. Hoje, nós resolvemos juntos, não sou eu que dou uma solução. Alteramos o paradigma paternalista para um paradigma de alteridade”, assinalou.

A criação do processômetro, uma ferramenta de contagem de processos julgados pela força-tarefa, também foi muito importante para a integração dos servidores, pois trouxe transparência e desafio ao projeto. Devido ao grande volume de trabalho, foi criado um banco de horas para os servidores que participaram do mutirão, que após o término dos trabalhos poderão ser usadas por eles.



Auditório do TRF3 ficou lotado de processos durante o trabalho de triagem



Servidores realizam triagem de processos

Triagem de Processos

A coordenadora do mutirão também acredita que um bom caminho para se realizar os trabalhos é fazendo a triagem dos processos. “Uma coisa que eu sempre disse e costumo repetir é que o sucesso, no sentido de maior produtividade dos mutirões, depende essencialmente de uma triagem. Embora muitos vejam como um trabalho perdido, porque você para de produzir para mexer em processos, separá-los, classificá-los e agrupá-los, é muito importante, pois no final é como se você tivesse uma casa toda organizada e já soubesse onde está cada coisa”, declara a coordenadora.

No início dos trabalhos, para realizar a triagem dos processos foi necessário encontrar um espaço físico compatível para a análise de tantos processos. O presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, e a corregedora regional, desembargadora federal Suzana Camargo, cederam seus gabinetes originários para o mutirão. Outro espaço ocupado foi o do contrapiso do Tribunal. Os espaços foram divididos entre cada uma das três seções do mutirão. Também foi formado um gabinete único, que simplificou os trabalhos.

Outro fator importante na triagem dos processos foi a criação de um sistema rápido, que incluía os processos no Excel e agrupava-os por assuntos. Com a utilização do novo programa de triagem, desenvolvido pelos servidores da Secretaria de Processamento Geral da Presidência, foi feita uma economia de 2/3 do tempo que levaria se fosse realizada pelo método normal.

Para a coordenadora do mutirão, “a triagem é o segredo do sucesso”, porque é importante para o desenvolvimento e agilização dos trabalhos.

GABINETE DO DESEMBARGADOR FEDERAL LAZARANO NETO ALTERA METODOLOGIA DE TRABALHO E ALCANÇA META DO MUTIRÃO JUDICIÁRIO EM DIA

Para os servidores do Gabinete do desembargador federal Lazarano Neto, as técnicas empregadas no mutirão Judiciário em Dia ajudaram para que a meta de julgar mil processos por mês fosse alcançada.

Para atingir os objetivos do mutirão, o Gabinete teve que mudar um pouco sua organização interna e os métodos de trabalho. Antes, focavam os processos mais antigos e os mais simples. Com a força-tarefa do mutirão, eles fizeram a triagem de todos os processos referentes à Meta 2. Para isso, precisaram de espaço, o que foi prontamente atendido pelo desembargador federal Lazarano Neto, que cedeu sua sala para a realização da triagem.

Também a democracia e o compartilhamento de informações foram grandes fatores para que o trabalho fosse realizado com sucesso. Outra ajuda importante para a dinâmica dos trabalhos foi a distribuição, por parte da organização do mutirão, de um roteiro de sugestões que deveriam ser seguidas, tornando o trabalho mais produtivo.

Com os trabalhos do mutirão, a equipe do Gabinete do desembargador federal Lazarano Neto constatou que três pontos merecem destaque para melhorar a produção:

- 1 – Triagem: é melhor perder um tempo no começo fazendo a triagem dos processos para que o trabalho tenha maior fluência.
- 2 – Trabalho em Equipe: todos colaborando para atingir um objetivo comum.
- 3 – Metas: os servidores do Gabinete concluíram que são necessárias metas diferenciadas para cada tipo de voto.



Deixou-se de lado o paradigma paternalista: servidores e magistrados trabalharam em igualdade de condições

Meta traçada era ambiciosa

O início do mutirão Judiciário em Dia causou um impacto muito grande, porque a meta traçada de 80 mil processos era muito audaciosa e eu confesso que tinha dúvidas sobre se seria possível alcançá-la. Também me impactou a mudança muito brusca na minha vida, pois fui convidada em um dia, para estar aqui no dia seguinte e São Paulo é uma cidade que intimida de qualquer forma. Aqui está o maior tribunal do país em número de processos e eu sou uma nordestina nesta corte.

Mas, aos poucos, fomos conquistando a confiança das pessoas quando mostramos que o trabalho era para valer, que realmente havia a meta e que ela tinha que ser cumprida.

As pessoas costumam dizer que eu sou uma pessoa que resolve os problemas. Isso me chamou a atenção quando meu próprio filho disse que, quando tivesse uma empresa, me contrataria somente para que eu resolvesse os problemas. Aqui pude constatar que ele tinha razão.

Sinto como se um motor me movesse. Quando tenho uma meta, preciso tirar da frente tudo o que atrapalha. Vou afastando todos os

obstáculos para alcançá-la. Brinco dizendo que me considero uma “quebra-faca”, no Nordeste é como chamamos aquela pessoa que está a postos para resolver os problemas de quem está hierarquicamente superior a ela.

Logo na primeira semana de trabalho convocamos todos os grandes demandantes, aqueles que têm foro privilegiado na Justiça e que estão aqui com muitas causas: Ministério Público, Advocacia da União, INSS, Caixa Econômica etc. Expusemos o projeto aos seus representantes, falamos da nossa meta e dos nossos prazos e disse que precisava muito da colaboração de todos para reduzir todas as atividades repetitivas.

Uma das coisas que decidimos foi não fazer mais intimação por mandado, mas por e-mail. Cada órgão deveria escolher um endereço eletrônico para ser cadastrado e para receber as intimações. Houve resistência de alguns órgãos. Nas primeiras

sessões eles foram intimados eletronicamente e disseram que não haviam recebido as intimações e quando viram que a coisa era daquele jeito e não faríamos diferente, terminaram aderindo.

Fizemos reuniões dentro do Ministério Público Federal com o pessoal da informática para poder compatibilizar o sistema de informática do MPF com o do TRF, porque esses sistemas não se comunicavam. Eles perdiam um tempo enorme para inserir as informações e para acompanhar os processos. Fizemos isso com vários órgãos.

Houve uma participação também da Justiça do Trabalho via integração pelo CNJ. Detectamos ações trabalhistas nos gabinetes do mutirão e como nossos juízes não julgavam esse tipo de ação há muito tempo, perderíamos um tempo precioso para julgá-las. Não eram numericamente tão expressivas, pouco mais de 600, mas que representavam tempo

“Foi fundamental para o nosso sucesso a colaboração do presidente do Tribunal”

que nossos juízes iriam perder.

A ministra Eliana Calmon convocou o juiz do trabalho Marlos Augusto Melek, magistrado auxiliar do CNJ para trabalhar conosco. Ele teve todo apoio, não somente material, como de computadores, uma sala específica para que eles trabalhassem, pois conseguiu convocar do TRT de São Paulo servidores que vieram trabalhar como assessores dos juízes convocados e deixaram os votos prontos para que os juízes pudessem corrigir e julgar.

O presidente do TRF3 ofereceu não somente apoio logístico, mas apoio moral. Ele telefonava para os desembargadores, solicitava servidores para trabalharem conosco, ajudava na hora de trazer um juiz para a capital, colocou veículos do tribunal para levar os processos para o interior e trazê-los de volta, porque alguns dos juízes convocados eram de cidades do interior e os processos precisavam ir para lá para serem julgados por eles. Por isso, eu afirmo que foi fundamental para nosso sucesso a colaboração do presidente do Tribunal, o desembargador federal Roberto Haddad.

Juíza Federal Mônica Aguiar

Coordenadora do mutirão no TRF3



Juíza Federal Mônica Aguiar: “fomos conquistando a confiança das pessoas quando mostramos que o trabalho era para valer”

Experiências do mutirão Judiciário em Dia são apresentadas em seminário no TRF3

O evento sobre gerenciamento de processos contou com a participação de magistrados, servidores e convidados de outros tribunais



Seminário de gerenciamento realizado durante o mutirão Judiciário em Dia: momento de reflexão e avaliação

Para debater a experiência do mutirão Judiciário em Dia com servidores, magistrados e convidados de outros tribunais, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região realizou, no dia 13 de junho de 2011, o seminário “Gerenciamento de Processos nos Tribunais”.

A mesa de abertura, presidida pelo desembargador federal Márcio Moraes, contou com a presença da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon; da diretora da Escola de Magistrados da 3ª Região, desembargadora federal Salette Nascimento; do presidente do

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, desembargador Nelson Nazar; do corregedor geral do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Maurício Costa Carvalho Vidigal e do presidente do Conselho Federal de Administração, Sebastião Luiz de Mello.

A ministra Eliana Calmon ressaltou a importância tanto do mutirão Judiciário em Dia como do seminário em um momento que chamou de “reconstrução da magistratura nacional” e salientou a necessidade de inaugurar uma nova dimensão na administração de processos na Justiça. Lembrou que aqueles que se tornaram magistrados antes da Constituição Federal de 1988 prestavam uma jurisdição da melhor maneira

que lhes parecia possível, administrando o processo dentro das necessidades daquele tempo. Ela destaca que hoje “as coisas mudaram, estamos em outro tempo, que requer uma outra dimensão”.

O seminário, no entender da ministra, foi projetado para refletir sobre todos os aspectos que envolvem a administração de um processo, que deve estar baseada

em critérios mais técnicos: “uma forma artesanal e pessoal de gestão não pode mais ocorrer, porque não tem dado resultados”.

O seminário prosseguiu com três painéis principais sobre os temas: “A nova realidade dos tribunais brasileiros”, “Avanços na administração da Justiça nos tribunais” e “A eficiência dos tribunais”.

1º painel: a nova realidade dos tribunais brasileiros

Este painel trouxe a discussão sobre as práticas de gerenciamento de processos, motivação e expectativas do Judiciário

O primeiro painel do seminário abordou o tema “A Nova Realidade dos Tribunais Brasileiros” e foi presidido pelo desembargador Nelson Nazar, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Contou, ainda, com a participação do desembargador federal Francisco Barros Dias, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que falou sobre “Gerenciamento e Triagem de Processos nos Gabinetes”, apresentando para os ouvintes a sua experiência em assumir um gabinete com mais de seis mil processos e conseguir zerar o acervo no prazo de dois anos.

Segundo ele, a primeira atitude que tomou foi a de fazer uma reunião com a equipe e estabelecer metas de redução do acervo. Para alcançar os resultados, o desembargador aplicou três tipos de técnicas: dos processos, do aspecto pessoal e técnica da estrutura material.

A técnica dos processos traduziu-se por organizar os processos por assuntos, estabelecendo metas semanais, mensais e até anuais, de acordo com a possibilidade de produção, e estabelecendo reuniões mensais para dialogar e dirimir dúvidas. A técnica do aspecto pessoal significou orientar e incentivar o servidor no aperfeiçoamento do serviço e

no aprofundamento dos temas, formando um grupo coeso com objetivos definidos e, ainda, a utilização de estagiários e melhor distribuição de servidores em cada tarefa. Já a técnica da estrutura material consistiu em obter da informática o máximo de recursos possíveis para facilitar e agilizar os trabalhos.

Motivação e expectativa

A professora doutora Marisa Pereira Éboli, da Faculdade de Economia e Administração – FEA/USP, proferiu a palestra: “Como Estruturar, Motivar e Administrar Relações Humanas no Local de Trabalho”. Segundo ela, ética e



Discussão sobre boas práticas ganhou destaque

significado do trabalho são os únicos motivadores e as pessoas talentosas precisam de um grande gestor.

Para ela, “o líder é o elemento crítico na construção de locais de trabalho produtivos e na questão de mobilizar energia e as relações humanas. O líder tem que dar ênfase na prática e no desafio para proporcionar saltos de aprendizagem, delegando atribuições em situações crescentes de complexidade, ou seja, liderança requer prática e autocorreção”.

A professora encerra seu discurso afirmando que “o diálogo é a

principal ferramenta de um líder educador” e deixa dicas básicas para se tornar um líder: preparar, desafiar e acompanhar o funcionário.

Expectativas do servidor

A servidora Rosana Maier dos Santos, analista judiciário do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, encerrou o primeiro painel falando sobre “A Visão e as Expectativas do Servidor”.

A palestrante acredita que a visão do servidor atualmente é mais voltada para a colaboração e organização do serviço e que é preciso que aconteça um

gerenciamento do trabalho para se chegar a um objetivo comum. Também é pautada pela responsabilidade e pelo reconhecimento das expectativas dos jurisdicionados e da opinião pública.

O servidor também tem a expectativa de feedback, do retorno do seu desempenho dentro da equipe para que se sinta motivado. “Não é demais dizer que a postura hoje da magistratura e de todo o corpo de servidores do Judiciário deve estar voltada à concretização da justiça e à satisfação das partes. É a razão de ser de todo o aparato processual”, concluiu a servidora.

2º painel: avanços na administração da justiça nos tribunais

Magistrados das cinco regiões da Justiça Federal trocaram experiências durante o seminário

A partir do segundo painel do seminário, magistrados e servidores dividiram-se em palestras diferenciadas, voltadas às especificidades de cada trabalho.

Os magistrados participaram das palestras: “Avanços do sistema de conciliação nos tribunais”, ministrado pelo desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador do Sistema de Conciliação da 1ª Região; e “A especialização de Turmas e de grupos extraordinários de apoio como instrumento de eficiência nos julgamentos de massa”, com o desembargador federal Fernando Quadros da Silva do TRF4, ambas moderadas pelo juiz Clóvis Santinon, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.

O desembargador federal Reynaldo Fonseca apresentou números do Conselho da Justiça Federal (CJF) sobre a Justiça Federal nos últimos anos: entre 1997 e 2010, 6.304.023 processos foram distribuídos, sendo que desses, 5.601.041 foram julgados no período. Em 2011, até o mês de maio, foram distribuídos 444.954, e julgados 514.564. Com esses dados, o magistrado mostrou



que a Justiça Federal não é lenta e defendeu a conciliação como uma forma de atacar os processos em estoque.

“Há um déficit de entrega para a população da prestação jurisdicional. Os modelos até então apresentados não são suficientes e as demandas, a partir da Constituição de 88, aumentaram vertiginosamente. Precisamos encarar a conciliação não como método normal da composição do litígio, mas como algo que pode contribuir para o aprimoramento e para a entrega da prestação jurisdicional da melhor maneira possível”, opinou.

Já o desembargador federal Fernando Quadros da Silva

apresentou a experiência do TRF4 na especialização das Turmas. “A especialização produz maior celeridade nas decisões, qualidade nos julgamentos e facilidade no tratamento das matérias”.

O desembargador enumerou uma série de benefícios propiciados pela especialização para os magistrados: formação de blocos de processos tratando de matéria idêntica; rápida identificação de precedentes na Turma e no Gabinete, e imediatamente após a distribuição; maior possibilidade de padronização interna; maior quantidade de Embargos de Declaração, pois os votos ou decisões podem conter mais argumentos; e redução do tempo de pesquisa para casos raros.

Processo judicial eletrônico exige revisão de conceitos, afirma especialista do cnj

O uso de ferramentas das tecnologias da informação pode agilizar os trâmites processuais

O juiz federal Paulo Cristóvão de Araújo, auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, veio ao TRF3 para relatar aos servidores sua experiência com as tecnologias da informação e os impactos que seu uso vai trazer à Justiça brasileira.

“Não podemos ter a ilusão de que a tecnologia da informação vai resolver todos os problemas, pois quem resolve problemas são as pessoas. A TI nos dá um meio mais eficiente para chegar às soluções”, afirmou o juiz durante a palestra.

Segundo ele, o tribunal tem que se re-estudar a partir do momento em que passa a utilizar as tecnologias da informação de forma mais profunda, pois “aquelas tarefas repetitivas, que podem ser delegadas ao computador, não precisarão mais de alguém

para ser realizadas, então esse alguém deverá ser recapitado e realocado”.

O juiz defende que os tribunais brasileiros terão que rever suas práticas e conceitos para passar por essa reestruturação: “Com o processo eletrônico, por exemplo, teremos que atrofiar as secretarias e ampliar os gabinetes, pois o processo chegará mais rápido na mesa do juiz e, conseqüentemente, o gabinete terá que produzir mais”.



Plateia participou ativamente

3º painel: a eficiência nos tribunais

Último painel do seminário trouxe ao debate práticas que podem agilizar as rotinas de trabalho

Presidido pelo desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, assessor-chefe da Corregedoria Nacional de Justiça, o terceiro painel ministrado aos magistrados trouxe o desembargador federal Abel Gomes, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para ministrar sobre “Qualidade x Quantidade: Dilema a ser conciliado”. Na segunda palestra, o desembargador federal Nelton dos Santos, do TRF3, destacou “Decisões Monocráticas e outras Práticas de Sucesso”.

O desembargador federal Abel Gomes salientou que o acúmulo de processos é comum a todos os Tribunais. Para ele, a Justiça precisa de tempo para operar, avaliar, compreender e fundamentar para que se chegue a uma conclusão em cada caso. “A prudência que está ligada ao cuidado e a uma avaliação tranquila é incompatível com o açodamento e o atropelo”, afirma. Para o palestrante, o problema é quando desvios de percursos fazem com que o tempo seja injustificado e ultrapasse o necessário e o razoável para que o magistrado produza a jurisprudência.

Ele defendeu o trabalho do juiz como técnico-jurídico e filosófico.



Servidores e magistrados compartilharam suas experiências de gestão

“A essência da nossa função não é colocar produtos na prateleira para que sejam consumidos. É preciso responder e fazer frente a uma demanda. Mas, não podemos esquecer e nem abrir mão e abdicar da essência da nossa função que é a jurisdição dentro da concepção de um Direito que tenta chegar a uma ideia de Justiça”, finalizou.

Na última palestra do dia, o desembargador federal Nelton dos Santos criticou os procedimentos corriqueiramente adotados no processamento dos recursos de agravo de instrumento e apelação cível, por exemplo, a intimação de agravado sem advogado constituído para

apresentar contraminuta, análise de questões apresentadas pelo réu na segunda instância dentro do agravo não submetidas ao primeiro grau, a confusão entre pedido de reconsideração e de revogação da decisão agravada, o não suprimento de nulidades sem necessidades de anular a sentença (§ 4º do artigo 515 do CPC), dentre outras.

As boas práticas dos mutirões

Mutirão Judiciário em Dia apresenta suas técnicas para agilizar andamentos processuais

A juíza federal Mônica Aguiar, auxiliar do Conselho da Justiça Federal, compartilhou com os participantes do seminário algumas iniciativas implantadas durante o mutirão e explicou que para alcançar o sucesso foi necessário agir em duas frentes: gestão de processos e gestão de pessoas.

Para ela, o principal problema a ser enfrentado é o sistema SFA (Sempre Foi Assim): “Tivemos que questionar esse sistema, o que é um desafio também pessoal, pois nós temos dificuldades em mudar”.

Gestão de processos e pessoas

Dawid Carvalho de Souza, servidor responsável pelo mutirão, explicou como foi realizada a gestão de processos: “Tivemos que ver a nossa realidade, julgar as práticas costumeiras, revisar os procedimentos e agir para melhorar”. Para ele, a triagem é a essência para superar os problemas. “Optamos também por formar um gabinete único, o que simplificou os trabalhos”, afirmou.

Quanto à gestão de pessoas, para

o servidor Dawid Carvalho, os aspectos motivacionais foram os mais difíceis de serem enfrentados: “Muitos estavam desanimados porque não entendiam o motivo de serem designados ao mutirão. Todos deveriam que se conscientizar de que essa era uma oportunidade de aprendizagem e que todos eram importantes ao projeto. Se um cruzasse os braços nada aconteceria”.

O painel foi mediado pela desembargadora federal Alda Basto e também teve a participação do servidor João Soares, que falou de boas práticas e também relatou sua experiência com o Gedpro.



Diretores de secretaria e magistrados debateram inovações implantadas durante o mutirão

Logística envolveu mais de 100 servidores e magistrados

Trabalho de reunir pessoal e material necessários teve empenho de quatro secretarias do TRF3

Um dos maiores e principais desafios do mutirão Judiciário em Dia foi conciliar os quantitativos de pessoal e de material para o projeto, que deveriam ser encontrados dentro do próprio quadro do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. A tarefa era muito difícil, uma vez que servidores já estavam comprometidos com as tarefas nos próprios gabinetes dos desembargadores e outros setores do Tribunal.

Coube à Secretaria de Processamento Geral da Presidência (SPRO) planejar e coordenar a logística de instalação e implementação do mutirão no TRF3. Ao todo 101 servidores participaram do projeto em auxílio aos juízes convocados. Entre eles, 87 do tribunal e 17 da Justiça Federal de São Paulo.

A maioria dos 12 gabinetes de desembargadores federais participantes enviou um servidor para ajudar nos trabalhos. O

restante dos funcionários do TRF3 foram selecionados pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGE) dentre aqueles que tinham o perfil por já terem atuado em outros mutirões, principalmente para a área fim.

Os trabalhos das sessões de julgamento das turmas especialmente criadas para o mutirão foram presididos por 16 desembargadores federais diferentes. Cada turma era composta por um desembargador e dois juízes federais convocados.

Para adotar a nova filosofia de trabalho, os servidores foram separados em seis lugares. A distribuição levou em consideração a divisão de assuntos, separados pelas turmas de julgamento criadas especialmente para o mutirão. As da 1ª Seção ficaram concentradas no 21º andar da Torre Sul, no gabinete da desembargadora federal Suzana Camargo. As turmas da 2ª Seção ocuparam parte do 11º andar do Edifício Funcef Center. Já os servidores das turmas da 3ª Seção foram distribuídos no 18º andar da Torre Sul, no gabinete do desembargador federal Roberto Haddad.

O edifício sede do TRF3 (Torre Sul) também abrigou servidores no

4º andar (processos trabalhistas) e na coordenação e administração do mutirão na SPRO, 15º andar. Outros funcionários ficaram concentrados no processamento no setor térreo da Torre Norte.

Além deles, o projeto envolveu o trabalho de servidores nas equipes dos gabinetes participantes e das secretarias das turmas originárias, nesse caso, para o processamento após as decisões e os acórdãos proferidos.

Informática

A Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) foi responsável por disponibilizar as rotinas, equipamentos e pessoal de apoio técnico. Os trabalhos do mutirão necessitaram do empréstimo de 105 microcomputadores, 11 notebooks, 8 impressoras e 2 scanners. A SETI efetuou mais de 1.000 chamados de suporte técnico. Ao todo, foram atendidas mais de 150 pessoas, entre servidores e magistrados.

Judiciária

O projeto teve o empenho também de duas seções da Secretaria Judiciária (SEJU). A Seção de Apoio à Secretaria Judiciária (RASJ) deu suporte ao mutirão na

juntada de petições aos processos das turmas originárias para que não sofressem atrasos ou prejuízos nos julgamentos. Contou com o trabalho de quatro funcionários.

Já a Seção de Cálculos Judiciais (RCAL) deu prioridade aos processos de Embargos à Execução que necessitavam de avaliação. Para isso, os servidores precisaram

fazer um banco de horas para dar conta da quantidade de processos encaminhados pelo projeto. Três pessoas atuaram nos cálculos com dedicação integral.



O mutirão Judiciário em Dia mobilizou 101 servidores, 12 gabinetes de desembargadores e 3 Secretarias

Gabinetes participantes do mutirão

1ª Seção

Desembargador Federal Antonio Cedenho
Desembargador Federal José Lunardelli
Juíza Federal Convocada Sílvia Rocha

2ª Seção

Desembargador Federal Fábio Prieto
Desembargador Federal Lazarano Neto
Desembargadora Federal Marli Ferreira
Desembargadora Federal Salette Nascimento

3ª Seção

Juiz Federal Convocado Carlos Francisco
Desembargadora Federal Daldice Santana
Desembargadora Federal Leide Polo
Desembargadora Federal Lucia Ursaia
Desembargador Federal Newton De Lucca
Desembargadora Federal Vera Jucovsky

Presidentes das sessões das turmas especiais do mutirão

Desembargadora Federal Alda Basto
Desembargador Federal André Nekatschalow
Desembargador Federal Antonio Cedenho
Desembargadora Federal Cecília Marcondes
Desembargadora Federal Cecilia Mello
Desembargador Federal Cotrim Guimarães
Desembargadora Federal Diva Malerbi
Desembargador Federal José Lunardelli
Desembargadora Federal Lucia Ursaia
Desembargador Federal Luiz Stefanini
Desembargador Federal Márcio Moraes
Desembargadora Federal Marisa Santos
Desembargador Federal Nery Júnior
Desembargadora Federal Salette Nascimento
Desembargador Federal Sérgio Nascimento
Desembargadora Federal Vesna Kolmar

Notas

Distribuição de processos

Uma nova distribuição de aproximadamente 4.000 processos que foram incluídos no mutirão Judiciário em Dia aconteceu entre os dias 18 e 22 de fevereiro de 2011. Nos processos constavam 161 assuntos diferentes, pertencentes à 1ª Seção. Para fazer a redistribuição, os servidores realizaram uma triagem.

Os juízes participantes do mutirão se reuniram para escolher as matérias com as quais tivessem maior familiaridade. O mutirão de triagem foi realizado por seis servidores e com a utilização de um novo programa, que representou uma economia de 2/3 do tempo que levaria se fosse realizada pelo método normal.

Entre maio e julho mais 4.000 processos foram distribuídos aos juízes federais convocados para atuar no projeto. Um gabinete da 2ª Seção e três da 3ª Seção aderiram ao mutirão. Cada um encaminhou mil processos. A maioria dos assuntos se referia à aposentadoria por tempo de serviço.

Redes sociais

Outra inovação que o mutirão

Judiciário em Dia trouxe foi a utilização das redes sociais para localizar e contatar pessoas interessadas em trabalhar na força-tarefa, como por exemplo, candidatos a estagiários que não foram localizados pelos métodos tradicionais como e-mail ou telefone.

Reconhecimento

O presidente da Associação de Funcionários do Grupo Santander Banesprev e Cabesp (Afubesp), representando 41 funcionários aposentados do Banespa que tiveram vitória definitiva em seus processos durante o mutirão Judiciário em Dia, enviou carta de agradecimento ao presidente

do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, elogiando o mutirão: “São iniciativas dessa natureza que marcam o denodo, a competência e a eficiência na busca de soluções visando à qualidade e à agilidade na boa gestão administrativa que, sem dúvida alguma, reflete no melhor atendimento ao jurisdicionado”.

Intercâmbio

Em 24 de fevereiro de 2011, o juiz federal Saulo José Casali Bahia, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, visitou o TRF3, com o objetivo de conhecer a estrutura desenvolvida para realização do mutirão Judiciário em Dia na 3ª Região, como espaço



Juiz federal Saulo Bahia, do TRF1, visita mutirão em São Paulo em busca do intercâmbio de ideias



Confraternização para integrar servidores e magistrados, realizada no decorrer do mutirão

físico, integração de sistemas de informática, participação e motivação dos servidores, formas de triagem e controle de processos, entre outros.

Das boas práticas vistas, o juiz federal destacou a utilização do sistema Gedpro, a criação de uma Secretaria única, a especialização de acervos por matéria e o bom clima, entrosamento e integração entre juízes e servidores: “Hoje eu pude absorver as soluções e as boas práticas já introduzidas. Muitas iniciativas já foram adotadas por nós, mas as boas experiências que ainda não foram lá implantadas, certamente serão propostas a fim de que possam também permitir o alcance dos resultados lá”.

Confraternização

No dia 24 de fevereiro de 2011, magistrados, servidores e estagiários participantes do mutirão Judiciário em Dia se reuniram no Salão Nobre do TRF3 para celebrar e comemorar o sucesso dos trabalhos do mutirão. O objetivo da reunião foi mostrar o reconhecimento pelos serviços prestados pelos servidores e estagiários para que o mutirão se tornasse uma realidade.

Clima organizacional

Com o intuito de identificar possibilidades de melhorias na dinâmica dos trabalhos do mutirão Judiciário em Dia e

garantir o alcance dos resultados objetivados, em dezembro de 2010 foi realizada uma Pesquisa de Clima Organizacional envolvendo magistrados e servidores que atuavam no mutirão.

A pesquisa teve adesão de 81,4% do total de magistrados e servidores, sendo que a análise das respostas obtidas forneceu à Administração um panorama sobre o grau de comprometimento e motivação da equipe com o projeto, sua satisfação com as condições das estruturas físicas e tecnológicas, avaliação dos processos internos de comunicação, além da percepção quanto às relações interpessoais e o impacto das atividades na qualidade de vida desse grupo.



Desembargador federal Vladimir Passos de Freitas orienta servidores e magistrados que atuaram no mutirão

Como era esperado para um projeto implantado em um curto espaço de tempo, os resultados da pesquisa apontaram para a necessidade de aprimoramento de alguns aspectos como os processos de trabalho, a estrutura física e mecanismos de recompensa pela carga extraordinária de serviço que a equipe enfrentava.

Os resultados da pesquisa foram apresentados no mês de janeiro de 2011 para os magistrados e servidores, que tiveram a oportunidade de avaliá-los e colaborar com a proposição de medidas que pudessem agregar melhorias ao mutirão.

A coordenadora do mutirão, juíza federal Mônica Aguiar, afirmou ser muito interessante ver o crescimento dos servidores junto com o trabalho. “Muitos

deram várias sugestões de práticas que nós achamos que podem ser realmente implantadas. O sucesso do mutirão não aconteceria sem os servidores”, concluiu a juíza. A finalidade da pesquisa foi aperfeiçoar a experiência do mutirão Judiciário em Dia, tida como bem sucedida e passível de exportação para outros tribunais.



Desembargadores e juízes convocados discutem resultados da pesquisa de clima organizacional, com a presença do ministro Francisco Falcão

Balanco

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador federal Roberto Haddad; a corregedora regional da 3ª Região, desembargadora federal Suzana Camargo; os coordenadores do mutirão Judiciário em Dia, desembargador federal Vladimir Passos de Freitas (CNJ) e juíza federal Mônica Aguiar (CJF); e doze juízes federais que compuseram a força-tarefa do mutirão, reuniram-se na tarde do dia 31 de janeiro de 2011 com o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão.

Os magistrados tiveram a oportunidade de fazer um rápido balanço dos trabalhos do mutirão e de propor algumas medidas, visando à consecução de seus objetivos. Os juízes sugeriram a redução do número de sessões de julgamento, entre outras

propostas. O presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad, informou que com o mutirão Judiciário em Dia o número de reclamações contra o tribunal vem se reduzindo geometricamente.

Após o término da reunião com o ministro Francisco Falcão, os juízes do mutirão participaram de uma devolutiva da pesquisa de clima organizacional realizada entre eles e seus servidores.

Troca de experiências

Durante o período de 11 a 14 de janeiro de 2011, o servidor do TRF3, Dawid Carvalho de Souza, representando a coordenação do mutirão Judiciário em Dia, esteve

no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. O objetivo da visita foi conhecer o funcionamento e a estrutura daquele Tribunal, a fim de trocar experiências e boas práticas entre os tribunais. O servidor aproveitou para conhecer os setores administrativos e judiciais do TRF4 e considerou a oportunidade muito boa. Para ele, “todos os tribunais federais deveriam ter um fórum para trocar ideias, projetos e boas práticas”.

Semana Nacional da Conciliação

Em São Paulo, a Semana Nacional da Conciliação aconteceu entre os dias 29 de novembro e 3 de dezembro de 2010. O evento

reuniu no Memorial da América Latina as três justiças paulistas: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Durante a semana da conciliação, muitos processos fizeram parte do mutirão Judiciário em Dia. No dia 2 de dezembro, a juíza federal Mônica Aguiar, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Federal, acompanhou os trabalhos realizados no Memorial da América Latina. O TRF3 participou da semana resolvendo casos que envolviam Sistema Financeiro da Habitação (SFH), previdenciários (INSS), carteira comercial, entre outros.



Encerramento da Semana Nacional da Conciliação em São Paulo, tendo ao centro os juízes federais Mônica Aguiar e José Henrique Prescendo

Sucesso do mutirão: conjugação de esforços

O mutirão Judiciário em Dia nasceu de um sonho impregnado do sentimento de vigília, que atormenta as autoridades que se dispõem a inovar de forma planejada, pinçando as pessoas mais competentes e os meios mais eficientes para alcançar o desiderato. Tive a oportunidade de compartilhar das decisões da ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, do ministro Francisco Falcão, então corregedor-geral da Justiça Federal e do presidente do TRF3, desembargador federal Roberto Haddad.

No gabinete da ministra Eliana Calmon no Superior Tribunal de Justiça reuniram-se as três autoridades e naquele momento foi apresentado um esboço do projeto. De imediato, o presidente do TRF3 telefonou para os juízes federais da sua região. Aquilo me sensibilizava e me impressionava. Eu sabia que ia dar certo. Não havia burocracia, pessoas importantes decidiam instantaneamente e os problemas que surgiam eram de logo solucionados. Fechadas as primeiras ideias, os ministros apresentaram o projeto cuja

redação foi finalizada por mim e pelo juiz federal Erivaldo Ribeiro dos Santos ao presidente do Conselho da Justiça Federal, ministro Ari Pargendler.

Diferentemente dos demais esforços concentrados de julgamento promovidos em outros tribunais e neste, a juíza federal Mônica Aguiar e eu, nos reunimos com todos os assessores-chefes dos gabinetes dos desembargadores federais e notamos uma certa desconfiança porque a meta era o julgamento de mais de 80.000 recursos e ações. Porém, a confiança dos “líderes” nos mantinha serenos quanto à meta a atingir. Reunimo-nos mais tarde com os grandes demandantes da Justiça Federal, que trouxeram inúmeras contribuições para a otimização dos julgamentos, a conjugação dos sistemas, a apresentação de uma lista de temas onde a Fazenda Pública não iria apresentar recursos (com mais de cem matérias), houve, assim, um intercâmbio entre todos sem mácula à independência dos magistrados.

O mutirão teve uma importância

enorme porque demonstrou que a conjugação de esforços dos desembargadores, dos juízes convocados, dos servidores em geral, das turmas de julgamento, dos estagiários, dos prestadores de serviço aliado a uma excelente organização, onde foi criado um “mini-tribunal” paralelo para com outro formato alcançar a finalidade buscada. Neste ponto da organização, dedicação e profissionalismo devemos fazer uma pausa, para agradecer à juíza federal Mônica Aguiar, que mesmo estando seu pai por diversas vezes internado em hospital de Salvador, ela era incansável, porque praticamente todos os finais de semana estava cuidando dele e monitorando seus passos. Infelizmente, mais tarde, ele faleceu. Isso me sensibilizava na solidão dos meus quartos de hotéis em vários estados do país. Recordo-me, ainda, que a ministra Eliana Calmon disse: “vamos colocar a juíza Mônica para coordenar o mutirão”. Vi nos seus olhos naquele momento a confiança entregue a alguém que deveria tomar conta de tudo.

Muitos que tiveram os seus processos julgados foram entrevistados e saíram satisfeitos com os resultados. Processos que ficavam anos sem solução e, que

“A confiança dos líderes nos mantinha serenos quanto à meta a atingir”

me causava espécie, era que após ter pessoalmente inspecionado vários gabinetes, muitos dos autores das ações já haviam morrido. Isto me indignava e, por isso, o projeto apresentado pelos “líderes” contagiou a todos.

O projeto determinava, também, que era necessário que os gabinetes dos desembargadores adotassem novas práticas cartorárias. Para isto, foram convocados três servidores do ministro Falcão, a quem agradeço muito: a doutora Glória Maria de Pádua Ribeiro Portela, o doutor Cláudio Ferreira Lima e o doutor Carlos Humberto Fauze Filho.

Sempre acreditei no sucesso do projeto. Cada dificuldade que nos era apresentada, os ministros e o presidente do TRF3 nos estimulavam à solução e, às vezes, eles mesmos afastavam os obstáculos. A juíza Mônica nos encaminhava e-mail onde as lágrimas pareciam ali encartadas, preocupada com o sucesso da missão que lhe fora confiada e com os problemas que, às vezes, se avolumavam a parecer não enxergarmos o amanhã.

A ministra Eliana e o ministro Falcão para demonstrarem a importância do projeto mutirão Judiciário em Dia aterrissavam em São Paulo inúmeras vezes para aumentar o ânimo de todos nós, declarar apoio incondicional, apaziguar situações, conceder



Juiz Federal Ávio Novaes: “Eu sabia que ia dar certo”

entrevistas para dar conhecimento à sociedade da dimensão externa e interna do esforço concentrado invitado. Cobravam relatórios, exigiam redirecionamento quando entendiam que era até para superar os limites estabelecidos. Mais tarde, o Conselho Nacional de Justiça, pelo seu presidente, o ministro Cezar Peluso, com a decisiva inquietação e argumentação, resolveu que deveria também dar a sua contribuição para o alcance da meta. Assumiu os ônus decorrentes do mutirão em conjunto com o TRF3, o que proporcionou a sua continuidade para de forma imbatível culminar com o julgamento de mais de 80.000 recursos e ações.

Quero agradecer, por fim, em especial, aos servidores do mutirão,

na pessoa de Dawid Carvalho, que conduziu com zelo e eficiência os trabalhos. Aos juízes auxiliares, que deixaram, muitas vezes, de estarem ao lado de suas famílias e, mesmo assim, com muita alegria, pareciam ser pessoas conhecidas desde evos transatos que se perdem na eternidade. Aos desembargadores federais, que presidiam as sessões do mutirão, além das que já participavam, que forneceram servidores mesmo com dificuldade de dispor. De terem acreditado na intenção dos líderes e colaborado sempre que solicitados.

Juiz federal Ávio Novaes

Coordenador do mutirão no TRF3

Desembargadores



*Desembargador Federal Roberto Haddad,
Presidente do TRF3*

“Sinto-me imensamente feliz em poder cumprir o que prometi e agradeço em meu nome e do Tribunal, ao CNJ e CJF por terem apoiado a iniciativa do mutirão Judiciário em Dia, que se mostrou plenamente exitosa”.

*Desembargadora Federal Suzana Camargo,
Corregedora Regional do TRF3*



“O grande mérito foi de toda equipe que trabalhou diuturnamente. Foi um trabalho muito acentuado. Nas correições que faço no interior tenho sentido a repercussão desse trabalho na sociedade em geral, nas manifestações de advogados e de jurisdicionados que tinham seus processos aguardando julgamento e que agora obtiveram essa maior celeridade. Tudo isso trouxe um ânimo muito positivo para toda a Justiça Federal da 3ª Região”.



Desembargador Federal Márcio Moraes

“A sistemática diferente dos trabalhos, tanto no que diz respeito à extensão dos votos dos relatores, quanto ao exame prévio dos processos pelos juízes que trabalham na Turma, fez com que as sessões tivessem um andamento rápido e também com que os processos tivessem uma movimentação e uma solução mais rápida, como é o desejo do Judiciário”.



Desembargadora Federal Diva Malerbi

“Nós tivemos essa semente que foi plantada e está dando os resultados, e hoje é um processo irreversível. Eu acredito que esse paradigma novo não só reflete neste trabalho como refletirá em todos os outros Tribunais. Os processos têm um tempo de duração, mas a duração muito prolongada torna a Justiça tardia, e a Justiça tardia realmente é falha. Então, nós estamos corrigindo os rumos para uma Justiça de maior acesso para os jurisdicionados”.

Desembargadora Federal Marli Ferreira

“Quando veio a ideia do mutirão muitas pessoas se opuseram, como se aquilo fosse uma ingerência do CNJ nos gabinetes. Eu entendi como um auxílio extremamente precioso, como uma disposição da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, que foi juíza de carreira e passou por todos esses percalços por que estamos passando quando estava na primeira instância e no Tribunal da 1ª Região. Ela viu a situação de desconforto do TRF3 em volume de processos e em litigiosidade”.



Desembargadora Federal Salette Nascimento

“Essa iniciativa deu operatividade ao comando constitucional da razoável duração do processo. Cumprimento os juízes federais convocados que atuaram no mutirão pelos excelentes resultados obtidos e a coordenação do mutirão, em especial, a ministra Eliana Calmon”.

Desembargadora Federal Cecília Marcondes

“Considero o mutirão um trabalho eficiente, na medida em que nós sabemos que são processos muito antigos. O jurisdicionado tem direito e o Poder Judiciário o dever de prestar este trabalho a eles”.





Desembargador Federal Nery Júnior

“O que o CNJ e o CJF trouxeram ao Tribunal, com o Judiciário em Dia, foi um ânimo espetacular e o efeito foi enriquecedor, produzimos resultados lá fora, reduzindo o número de processos aqui dentro e entregando a prestação jurisdicional com satisfação para a população”.

Desembargadora Federal Alda Basto

“Com a ajuda que estamos recebendo do Conselho Nacional de Justiça, que trouxe os juízes convocados, do Conselho da Justiça Federal, e do nosso presidente, desembargador Roberto Haddad, o mutirão atingiu seus objetivos. Os juízes que participaram do Judiciário em Dia são muito práticos, objetivos e rápidos. Trabalhamos como o CNJ nos recomendou, que produzíssemos os votos e relatórios com objetividade, rapidez e com palavras simples, para que todas as pessoas pudessem entender”.

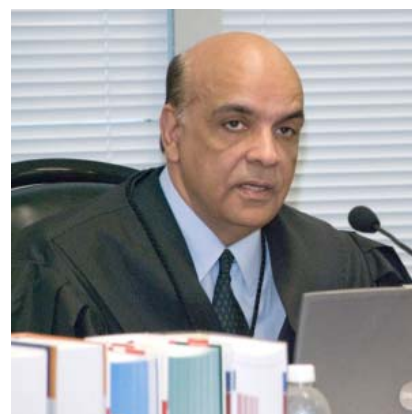


Desembargadora Federal Marisa Santos

“Os juízes foram bem sucedidos. Eles conseguiram ajudar o Tribunal a baixar o número de processos, o que foi bom para os jurisdicionados, para o TRF3 e para os magistrados”.

Desembargador Federal Sérgio Nascimento

“Fui promovido para o Tribunal em 2003, mas de 1999 até 2003, quando era juiz convocado no TRF3 fiz um trabalho semelhante ao que os juízes convocados pelo mutirão Judiciário em Dia estão fazendo. Então, sei das dificuldades em se atingir números expressivos com uma estrutura pequena e transitória, com funcionários cedidos de vários gabinetes. Não é fácil atingir tal número sem uma equipe que já está afinada com o juiz, mas aqui se conseguiu”.





Desembargadora Federal Leide Polo

“Minha participação foi integral desde o início, pois aderi ao projeto tão logo fui consultada. Os resultados apontados mostram que o mutirão foi excelente. Sempre acreditei que a meta era alcançável”.

Desembargadora Federal Vera Jucovsky

“Participamos do mutirão desde o seu início, quando cedemos um servidor. Depois enviamos outra funcionária. O projeto do mutirão é interessante, de julgar o máximo possível de processos antigos em um prazo exíguo, com um grupo de juízes. Foi um projeto produtivo”.



Desembargador Federal André Nekatschalow

“O projeto diminuiu o número de processos nos gabinetes com os maiores acervos. Embora esses gabinetes continuem com uma grande quantidade de feitos pendentes, o mutirão resolveu milhares de recursos que estavam aguardando a prestação jurisdicional há mais de cinco anos”.

Desembargador Federal Luiz Stefanini

“O mutirão Judiciário em Dia é uma ideia coroada de êxito. Nós temos excesso de processos e atacar por este meio, com esses mecanismos, foi um acerto. Acelerar o julgamento das ações vai ao encontro das aspirações de todos e os resultados estão aí à prova”.





Desembargador Federal Cotrim Guimarães

“Foi importante essa movimentação aqui no Tribunal, porque se organizaram turmas especiais de julgamento para alavancar esses processos que estavam assoberbando os gabinetes. Acho que foi um projeto que deverá ser repensado futuramente, por ser muito positivo”.

Desembargadora Federal Cecilia Mello

“O que me motivou a aceitar participar do mutirão foi o jurisdicionado. É um trabalho duro e demorado, já cheguei a julgar perto de 900 processos presidindo duas turmas. Todos os envolvidos participaram com alto grau de compromisso”.



Desembargador Federal Antonio Cedenho

“Parablenzo o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e o presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desembargador federal Roberto Haddad, pela parceria e implantação do mutirão Judiciário em Dia. E também a todos os juízes e servidores que contribuíram para o sucesso deste projeto”.

Desembargadora Federal Lucia Ursaia

“Os mutirões são importantes porque a 3ª Seção, que cuida de matéria previdenciária, tem tido uma distribuição, em média, de 2.000 processos por mês; os gabinetes julgam uma média de 400 a 500 por mês, entre as decisões monocráticas, os processos pautados e os em mesa, mas não vencem, porque a distribuição tem aumentado muito. Além disso, o mutirão ajudou a dar vazão àqueles processos que necessitavam de um cuidado maior. A primeira instância está muito ágil, enquanto que a segunda está com a mesma estrutura. O mutirão foi uma forma de minimizar esse problema. Os juízes estão de parabéns e merecem um voto de louvor por terem alcançado a meta”.





Desembargador Federal José Lunardelli

“A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, por meio da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, criou uma força-tarefa que contribuiu de maneira decisiva para a redução do acervo e no julgamento de processos que há muito aguardavam análise no Tribunal. O mutirão ‘deu fôlego’ e estabeleceu novos paradigmas relativamente a rotinas de trabalho, sobretudo na análise e triagem de processos. Sob a coordenação eficiente dos juízes federais Mônica Aguiar e Ávio Novaes, conseguimos avançar com a colaboração efetiva e dedicada de vários juízes federais convocados e de servidores, que não economizaram esforços para dar o provimento judicial que milhares de jurisdicionados esperavam. Aproveitei a oportunidade, portanto, para agradecer a todos que, de alguma maneira, participaram desse projeto”.

Desembargadora Federal Daldice Santana

“Eu me sinto feliz pela ajuda do mutirão, pois o projeto deixou meu gabinete sem sequer um processo da Meta 2. Tenho julgado muitos processos da Meta 2 e trabalhado para julgar os 700 que entram por mês e mais um pouco. Após o Judiciário em Dia, o ânimo para mim e para o gabinete é outro. O que representam em autoestima para meus servidores os 1.000 processos que foram para o mutirão é o que eu precisava para alavancar e dar conta do restante sem o peso de ter processos de 2007. Com essa ajuda do CNJ só posso dizer obrigada”.



Magistrados e Procuradores



Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas, Coordenador do Mutirão pelo CNJ

“No mutirão, as pessoas se unem por uma função específica, em uma matéria especializada e com um espírito de luta muito grande”.



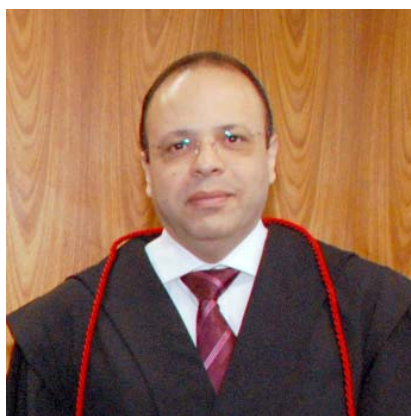
Juiz Federal Ávio Novaes, em auxílio ao CNJ e Coordenador do Mutirão pelo CJF

“Sabendo que ainda é muito complexa a elaboração de um projeto de lei para o aumento dos Tribunais Regionais Federais e sua aprovação pelo Congresso Nacional, verificou-se que inicialmente poderíamos auxiliar os tribunais por meio desse projeto, criado pelo CNJ e pelo CJF, com o apoio dos Tribunais Regionais Federais. Em São Paulo, felizmente, as sessões velam pela celeridade, rapidez e isso é importante para a população, que espera a prestação jurisdicional”.

Juíza Federal Mônica Aguiar, em auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Federal, Coordenadora do Mutirão pelo CJF



“Os processos julgados demonstram o acerto da iniciativa de implantar uma nova sistemática de gestão no Poder Judiciário. O estabelecimento da meta, por si só, apresentou um grande salto no modo de gerir a Justiça como um todo”.



*José Leônidas Bellém de Lima
Procurador Regional da República*

“O Ministério Público tem a função de defender a sociedade e em todo movimento em prol da sociedade o MPF tem o dever de apoiar. Esse movimento do mutirão Judiciário em Dia veio justamente para isso, para retirar das estantes processos que estavam parados há anos e num setor muito necessário que é o da previdência, no qual os cidadãos precisam daquele valor para sobreviver e que é um direito deles”.

*Gustavo Henrique Pinheiro de Amorim
Procurador Regional da União da 3ª Região*

“Diante do elevado quantitativo de processos julgados, o mutirão nos estimulou a repensar as nossas rotinas, para que pudéssemos nos adequar e atender à celeridade exigida por esses julgamentos e acompanhar o grande esforço feito pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em cumprir esta meta”.



Juiz do trabalho Marlos Augusto Melek, do TRT9, em auxílio à Corregedoria do CNJ

“Como juiz auxiliar da corregedoria do CNJ e originalmente juiz do trabalho consegui o apoio do TRT de São Paulo, através do seu presidente e da sua corregedora, que nos cederam seis servidores. No mês de janeiro, que é um mês de baixa densidade de audiências, pude auxiliar a equipe do mutirão em processos da área trabalhista. Houve a necessidade de se ter muita sensibilidade, pois se trata de verba de natureza alimentar em processos que aguardavam solução há muito tempo. Dada à especialidade da matéria e o pessoal não estar afinado nessa área, a nossa equipe de trabalho se integrou ao mutirão e conseguimos dar uma resposta rápida para cerca de 600 processos”.

Juiz Federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, do TRF4, em auxílio à Corregedoria do CNJ

“O mutirão Judiciário em Dia é uma demonstração de superação. O tribunal fez parcerias externas, com o CNJ e o CJF e internas, com seus desembargadores e juízes. Essa grande articulação facilitou o cumprimento da meta. O tribunal superou seus problemas, seus gargalos. Mostrou que é maior do que tudo isso. Respondeu à sociedade que é possível. Claro que se tivéssemos mais recursos materiais e humanos, mais juízes, mais tecnologia, seria melhor. O tribunal deu uma prova de superação de seus próprios recursos. Eu gostaria de enaltecer o trabalho dos juízes que aceitaram o desafio com valentia e renúncia. O tribunal tem material humano, juízes e servidores valorosos. Foi uma grande cruzada de quase um ano de trabalho. O TRF3 amadureceu, com menos processos, se tornou maior. Sem criar mais despesas para o contribuinte”.



Luíza Cristina Fonseca Frischeisen, Procuradora Regional da República

“O impacto do mutirão Judiciário em Dia, além do julgamento de processos antigos proporcionando às partes a esperada prestação jurisdicional (em 29/08/2011 haviam sido julgados 80 mil processos distribuídos até dezembro de 2006), também foi fazer com que os demais processos que remanesceram nos gabinetes incluídos no projeto, pudessem ter julgamento mais célere”.

Juízes Federais

Juiz Federal Wilson Zauhy Filho

“O mutirão era necessário e eu acreditei desde o início que a meta seria atingida. Era objetivo do CNJ e de todos nós. Julguei processos bem antigos e foi uma oportunidade que ocorreu por conta do mutirão. Com a fixação de metas pelo CNJ é possível hoje reparar essas situações, porque até então, não havia uma determinação que os processos fossem julgados por antiguidade”.

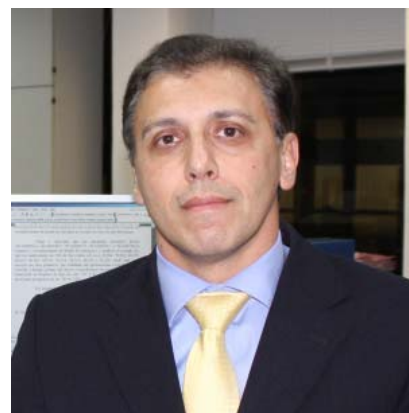


Juiz Federal Nelson de Freitas Porfírio Júnior

“O mutirão é um projeto extremamente positivo que contribuiu bastante para alterar a rotina e práticas que já estavam arraigadas na condução dos processos. Tentar dar agilidade maior com introdução de sistemática mais célere. Não resolve o problema, mas o formato adotado e a experiência adquirida nos dão mais clareza de como fazer um trabalho desse ara em um eventual novo mutirão”.

Juiz Federal Rubens Alexandre Elias Calixto

“No começo, achei a meta de 80 mil julgamentos muito ambiciosa, mas não impossível em razão principalmente da natureza dos processos. Já atuo como juiz convocado há algum tempo na 2ª Seção. Não há mais aqueles processos de cunho repetitivo em que o juiz faz uma decisão e depois aproveita em mais dez ou quinze processos. Aqueles que restam na 3ª Região, na maioria dos casos, são realmente processos individuais, alguns bastante complexos, antigos e que dependem de prospecção legislativa para verificar qual era o diploma legal ou decreto ou resolução ou instrução normativa que estava vigorando à época em que os fatos aconteceram. São causas que tomam algum tempo para que seja feito o julgamento”.





Juiz Federal Valter Antoniassi Maccarone

“O projeto foi importante para que o jurisdicionado recebesse uma resposta para os processos que se prolongavam há mais de 10 anos, além de manter a qualidade e produtividade dos serviços realizados. A ideia do mutirão é maravilhosa e temos a satisfação em tirar os processos do atraso em que se encontravam. Alguns estavam em situações dramáticas”.

Juiz Federal Marco Aurélio de Mello Castrianni

“A meta do mutirão Judiciário em Dia foi muito ambiciosa e acabou dando certo porque foi prorrogado. Foram milhares de processos, ou seja, milhares de pessoas que estavam esperando a solução do seu caso. O autor é uma pessoa, mas sempre tem a família inteira esperando e então, muita gente foi beneficiada com isso e pode ver atendida a prestação jurisdicional que é o mais importante, pois o que mais se reclama hoje em dia é o tempo que o processo demora”.



Juiz Federal César de Moraes Sabbag

“O mutirão exigiu um esforço extraordinário dos juízes e dos servidores que nele atuaram. No início, as metas impostas nos pareceram muito ambiciosas, mas com o passar dos meses vimos que poderíamos alcançá-las. Então, com muita dedicação, muito sacrifício e esforço de todo mundo, conseguimos chegar lá”.

Juiz Federal José Francisco da Silva Neto

“Mais de 3 mil votos foram por mim lavrados no período de novembro de 2010 até agosto de 2011. É um resultado bastante expressivo, mas nem um pouco milagroso. É um dever nosso, fruto de dedicação e racionalização. O propósito do CNJ tem o mérito de abreviar a angústia de dezenas de milhares de vidas. São dois polos aguardando solução, não somente o particular, mas a fazenda pública também aguarda. No âmbito tributário, há fortunas e fortunas aguardando a solução”.





Juiz Federal José Carlos Francisco

“Qualquer medida de racionalização e de gestão do Judiciário é muito bem-vinda. No caso de matéria previdenciária, processos acumulados é um problema social grave. Quem folheia um processo vê dor, sofrimento e miséria. Qualquer medida que venha fortalecer a solução disso é não só um dever profissional, mas uma medida de cunho humanitário”.

Juiz Federal João Eduardo Consolim

“O sucesso do mutirão não teria acontecido sem um intenso trabalho dos colegas e, especialmente, da organização e da iniciativa da ministra Eliana Calmon, do CNJ e do CJE, tendo a juíza federal Mônica Aguiar, nossa colega e, a essa altura nossa amiga, como coordenadora. Nunca foram dadas tantas condições para os juizes convocados trabalharem aqui. Além desse trabalho espetacular de iniciativa e estruturação, houve uma integração e uma interação, um diálogo que creio que deva acontecer sempre nas Turmas para que o processo caminhe efetivamente para seu termo, dando uma satisfação jurisdicional para quem espera uma demanda ser decidida por tanto tempo”.



Juiz Federal Heraldo Garcia Vitta

“Achei o projeto bastante proveitoso; desafoga o Judiciário. No início pensei que o mutirão deveria ter prazo mais longo para atuar, a fim de que os magistrados pudessem ter condições de aquilatar tempo X qualidade nos votos, mas a coordenação do mutirão foi excelente e mostrou que é possível obter ótimos resultados em pouco tempo”.

Juiz Federal Paulo Cesar Conrado

“A avaliação que eu faço do mutirão Judiciário em Dia é extremamente positiva em relação ao jurisdicionado, principal beneficiado pela correção da mora judicial. De certa forma, também positiva do ponto de vista institucional, porque chama a atenção para a insuficiência de julgadores em segundo grau nesta Terceira Região”.





Juiz Federal Fernando Moreira Gonçalves

“No início do projeto, para todos nós que dele participamos, havia a surpresa da novidade e o desafio muito grande porque as metas que nos foram colocadas eram muito audaciosas. Havia certo receio, até mesmo da nossa parte, da real possibilidade de cumpri-las, mas aos poucos fomos vendo que ao mesmo tempo em que o CNJ e o CJF nos davam metas ambiciosas, também nos proporcionavam meios e métodos de trabalho que nos permitiram chegar a atingir a marca dos 80 mil processos julgados”.

Juiz Federal Miguel Thomaz Di Pierro Júnior

“O mutirão Judiciário em Dia veio para sacudir, no bom sentido, a Justiça. Com a soma das vontades da ministra Eliana Calmon, do CJF, da presidência do Tribunal e de todos envolvidos no projeto demos uma resposta a essa prestação jurisdicional”.



Juíza Federal Giselle de Amaro e França

“Estou muito feliz em fazer parte dessa iniciativa inédita do CJF, do CNJ e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região com o objetivo de acelerar o julgamento dos processos e dar uma resposta para as pessoas que aguardam há tanto tempo a prestação jurisdicional. Na minha avaliação, o mutirão foi um sucesso, um grande avanço conquistado por essa parceria. Todos ganharam. Tanto o Tribunal quanto a sociedade. Nunca achei que a meta não fosse realizável. Sabia que o número era alto e que era um projeto ambicioso, mas a vontade de conquistar o resultado foi muito clara desde o início, principalmente pela equipe que realizou e pela juíza federal Mônica Aguiar, que esteve na condução e coordenação”.

Juíza Federal Noemi Martins de Oliveira

“Atuei em curto período no mutirão Judiciário em Dia, em substituição nas férias de um dos juizes federais convocados. O projeto foi significativo no auxílio para vencer o grande volume de demandas enfrentado pelos órgãos julgadores da Justiça Federal”.





Juiz Federal José Eduardo de Almeida Leonel Ferreira

“Esse mutirão vai ficar marcado na história do Judiciário, pelo menos na 3ª Região. São três grandes marcas: uma produtividade alta, obtida com métodos modernos de gestão de processos; uma união entre servidores e juízes, um entrosamento muito forte que eu nunca tinha visto; e, por fim, um mapeamento dessas práticas, algumas que nós já conhecíamos e outras aprendidas no decorrer deste trabalho”.

Juiz Federal Rafael Andrade de Margalho

“A gestão do mutirão foi muito ágil e muito acertada, embora tenhamos trabalhado com funcionários que vêm de gabinetes e escolas diferentes. O treinamento conduzido pela juíza federal Mônica Aguiar foi fundamental. O principal de uma boa gestão é conseguir fazer uma triagem bem feita, separando os processos que têm afinidades para fazer uma análise conjunta deles. Conseguiu-se otimizar os recursos e esse posicionamento, trazido pela juíza Mônica e entendido pelo Tribunal, teve acolhimento tanto dos funcionários quanto dos juízes que atuam no mutirão. Isto foi essencial para se conseguir o resultado exitoso que tivemos”.



Juiz Federal Paulo Rui Kumagai de Aguiar Pupo

“O mutirão foi um projeto único e que fica como paradigma para o Poder Judiciário brasileiro como um todo. Muito do que aqui se fez vai ficar como modelo para próximos mutirões que certamente serão realizados no futuro”.

Servidores

Dawid Carvalho de Souza – servidor do TRF3, foi diretor da Secretaria de Processamento de Feitos da Presidência, setor responsável pelo mutirão Judiciário em Dia

“O êxito pelo resultado positivo deste trabalho se deve, não somente a colaboração de todos, mas a mudança no paradigma e a simplificação dos procedimentos. As equipes dos juízes também eram bem reduzidas, mas a produtividade era muito elevada porque eles faziam um trabalho de triagem prévia. O êxito se deve à soma desses esforços de juízes, servidores, estagiários, terceirizados e em grande parte ao esforço da juíza federal Mônica Aguiar, do juiz federal Ávio Novaes e do presidente Roberto Haddad, que desde o início disponibilizou a melhor estrutura possível, e também graças ao ministro Francisco Falcão e à ministra Eliana Calmon”.

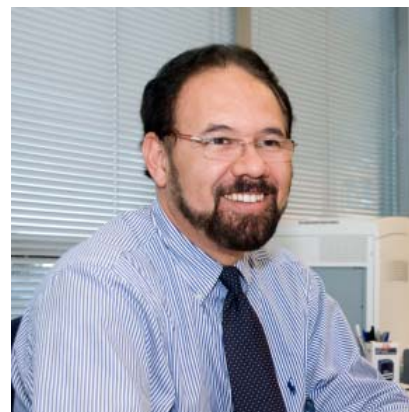


Lindomar Querino de Queiroz - servidor do TRF3

“Se não fosse a valiosa contribuição da juíza federal Mônica Aguiar não teríamos conseguido esse objetivo. Ela é muito prática, gosta de resolver os problemas, não fica esperando, toma decisões rápidas e faz o que é preciso. Aprendemos muito com ela e as coisas ficaram muito mais dinâmicas depois que ela veio nos coordenar. Tínhamos muitas rotinas que o mutirão mudou e essa dinamização é reflexo do estilo da juíza federal Mônica Aguiar”.

João Soares - servidor do TRF3

“O projeto mutirão Judiciário em Dia foi uma experiência bem sucedida na Justiça Federal, pois inaugurou um novo modelo de gestão na administração dos processos que culminou com uma prestação jurisdicional mais célere”.





Alexandre Porto Chacon – servidor do TRF3

“Assim que soube do mutirão fui voluntário para poder ter a experiência de atuar nele e ver como funcionava. Achei ótimo! Uma proposta muito boa com muita agilidade e informalidade. A iniciativa da ministra Eliana Calmon foi bastante inovadora e mexeu com a própria estrutura do Tribunal nos seus julgamentos e no seu funcionamento e deixa uma herança muito positiva. Tomara que algo desse estilo permaneça, pois é muito bom para o jurisdicionado”.

Luiz Carlos Pedrazolli Filho – servidor do TRF3

“Já tinha alguma experiência em mutirão previdenciário e uma noção do ritmo de como as coisas funcionam. Lembro-me de um caso em que a petição inicial foi ajuizada em 1967, chegou ao Tribunal em 2005 e acabou sendo julgado aqui. Foi até um pouco constrangedor, pois a gente pensa naquele advogado dando entrada na petição na fila do protocolo em 1967 sem sequer imaginar que a pessoa que vai julgar seu processo no final ainda estava para nascer”.



Vitor José de Sousa - servidor do TRF3

“A coordenação foi bem conduzida pela juíza federal Mônica Aguiar, que sempre se mostrou firme na direção dos trabalhos do mutirão, sobretudo na coordenação entre os diversos gabinetes integrantes, nas reuniões com os órgãos públicos (INSS, AGU, Fazenda etc) e junto ao setor de Conciliação. Esse empenho, somado à dedicação intensa de todos os servidores e juízes, e ao apoio e colaboração de muitos desembargadores, permitiu atingir a meta inicial”.

Elaine Saori Maki – servidora do TRF3

“A experiência no mutirão foi muito boa porque em um gabinete geralmente só trabalhamos com uma matéria e ficamos muito restritos a ela. Eu estava muito vinculada ao tema revisão previdenciária. Aqui, precisei ver tudo, do começo ao fim, todas as matérias como tempo de serviço, pensão por morte, auxílio reclusão, enfim vários temas com os quais eu nunca tinha trabalhado. Foi ótimo ter essa visão geral. Saio daqui tendo aprendido muita coisa”.





Maria Silva Verta – servidora do TRF3

“Além das minutas das decisões, os funcionários que trabalham no mutirão Judiciário em Dia cuidam da parte administrativa e de todas as providências para a efetivação do que o jurisdicionado está esperando, que é a decisão propriamente dita”.

Marielli Sbravatti Fantazia – servidora do TRF3

“Achei uma iniciativa muito interessante porque o mutirão não só mobilizou as pessoas que estão trabalhando no projeto, mas também o Tribunal inteiro com essa questão proposta pela ministra Eliana Calmon no dia que em ela inaugurou o projeto. As palavras que foram ditas e seus propósitos, até mesmo na área de Direito Previdenciário, teve um retorno satisfatório, pois a prestação jurisdicional foi concedida, muitas pessoas receberam suas aposentadorias em um tempo bem mais breve do que se aguardassem o trâmite processual normal”.



Natália Alves Possenti – servidora do TRF3

“A iniciativa foi ótima, pois há processos demais parados e sempre se prioriza nos gabinetes os processos que têm um agrupamento maior”. No mutirão deu-se vazão a esses processos mais antigos e às vezes mais específicos. A forma como está organizado o layout das salas facilita muito, pois os servidores acabam tendo acesso direto aos juízes, diferentemente do que normalmente acontece nos gabinetes onde se precisa passar pelo chefe de gabinete, assessor e raramente ao desembargador e assim fica muito mais fácil para tirar alguma dúvida do processo”.

Viviane Ramos da Silva – servidora do TRF3

“Sou lotada na Secretaria Geral da Presidência e trabalhei anteriormente com outro projeto da Meta 2 que envolvia processos remanescentes das turmas suplementares que objetivavam acelerar a prestação jurisdicional com a convocação de juízes auxiliares. No início do projeto houve uma certa descrença. Foram experiências válidas, pois prepararam o terreno para que o mutirão Judiciário em Dia, com uma estrutura e amparo oferecido pelo CNJ, conseguisse um resultado mais significativo”.



Demais colaboradores

Servidores do Tribunal

Adilson Santana	Eliana Camarão dos Reis	Maria Fernanda Leis
Adriana Armond de Carvalho	Eliana da Costa Alcantara	Maria Sylvia Verta Carvalho da Costa
Adriana Piesco de Melo	Eliana Garcia	Marília Botelho
Adriano Wellington Aniceto	Elias Gerson Ferreira	Marisa Boer
Almerindo D'Alessandro Neto	Eunice Harumi Oyakawa	Mauro Tambellini Pitta
Ana Lucia Lamonica	Fabiana Cristina Abdala e Lavia	Michele Bastos Naneti
Ana Luiza Figueiredo Gomes	Fabiana Ribeiro de Resende	Milton Sunao Fukuwara
André Martins Pinheiro da Silva	Fabício Rodrigues Andrade	Miriam Garcia
Andréa de Oliveira Nogueira	Fernanda Marques Rosa	Miriam Pedroso Galembeck
Andrea Park	Filipe Vianna Melo	Nelson Pereira dos Santos
Carolina dos Santos Marques Ribeiro	Gisele Motta Revito	Nelson Silva dos Santos Junior
Caroline Ravagnani Sichieri Fornari	Helena Fumiko Rocha Marmo	Oswaldo Lopes Martinez
Cassiano Cardoso Calandrelli	Ivan Leduc de Lara	Rafael Leal Ferreira
Célia Regina Martins	Juliana Paula Magalhães	Renata Federico Noffs
Cesar Luiz Nunes Ruivo Garcia da Conceição	Karla Alves Lisboa	Ricardo Odakura Costa Silva
Claudia Eliana Aguenta	Katya Cristina Duarte Barreiros	Rogério Fachetti dos Santos
Cláudia Mitsi Oguido	Lindoval Teixeira da Costa	Ronaldo Juliano Fernandes
Claudia Rodrigues Cardia	Lucia Maria de Souza Spinola	Rosilda de Almeida Nicoletti
Claudio Soares Bacelar	Luiz Carlos Martins	Santo Pa Ci Wu
Clélia Marie Yamamoto	Luiz Gustavo Ambrogini Fernandes	Silvana Aparecida Ferreira Santos
Christiano de Paula Assis	Lorenzo da Paz Wilson de Medeiros	Silvana de Oliveira Nogueira
Dalton Jesus de Oliveira	Márcia Maria Hauy Neto de Araújo	Silvia Senciales Sobreira Machado
Edmilson Gomes da Silva	Márcio Vergo Campos	Soraya de Moura Campos
Ednaldo Alves da Silva	Marcos de Marchi	Sueli Maria do Carmo Rodrigues de Arruda
Eduardo Augusto Ferreira de Souza	Maria das Graças Santana	Tatiana de Oliveira e Silva
Eduardo Coelho Marques	Maria de Fátima Natalina Gomes Bernardo	Washington Luiz Valero
		Woney Jorge Hideki Tsuha
		Zuleide Aparecida Flor Annes

Servidores da Seção Judiciária de SP

Bruno Lemos Roussenq
Carlos Alberto dos Reis
Denis Faria de Moura Terceiro
Doralice do Nascimento
Emília Regina Santos da Silveira
Surjus
Juliana Fenz
Juliana Reis Caliolo
Jonas Pinheiro
Lilian Garcia Malta da Freiria
Maria Cristina Nardy
Nilza Lima do Nascimento
Nogueira
Thais Menandro Lopes
Waldec de Fátima Rocha Mônica
Wladimir Augusto Casado Pinto

Agradecimentos a informática do Tribunal

Pela DEJU/REJU, prestaram
auxílio:

Marcia Aparecida Novoletti
Carlos Fabiano Oliveira Haddad
Christina Gandra de Camargo
Guedes
Roberto de Andrade Nogueira
Marcos Saraiva - técnico
terceirizado
Henrique Garutti - técnico
terceirizado

Seção de Internet:

Ivan Bittencourt de Araujo e Silva
Neto
Anderson Oioli
Carlos Eduardo Nogueira
Rômulo Saksida Bittencourt de
Souza

*e a todos que de alguma maneira contribuíram
para o sucesso do mutirão!!!*

Mutirão em Fotos

























Uma lâmpada apagada pode ser uma idéia brilhante.



Desperdício de energia. Desligue esse hábito.



COMISSÃO DE
GESTÃO
AMBIENTAL
JUSTIÇA FEDERAL
3ª REGIÃO

